



Anais da Assembléia

Nº 067

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência

RESOLUÇÃO Nº 026/91

DATA : 10 de junho de 1991.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas da CABENFALE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1990.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 55.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1991.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Cesar, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Duílio Genari, Durval Amaral, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti e Rossoni (06). Achan-do-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OF. nº 650/91

Curitiba, em 05 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para, atendendo a dispositivo da Constituição Estadual, constante do art. 75, parágrafo 4º, apresentar a essa Augusta Assembléia Legislativa, o relatório das atividades desenvolvidas por este Tribunal de Contas, no decorrer do 1º trimestre do corrente ano.

Faço desta, uma oportunidade para renovar a Vossa Excelência as expressões de alto e distinguido apreço.

Sala das Sessões, em 11.06.91.
(a) JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1409
Senhor Primeiro Secretário.

Na impossibilidade do meu comparecimento nas sessões dos dias 11, 12 e 13 do corrente, tendo em vista que nestas datas estarei acompanhando um grupo de empresários interessados em se instalarem na Região de Guarapuava, para a criação de um grande empreendimento, venho através do presente solicitar a Vossa Excelência que justifique minha ausência em Plenário.

Sendo o que havia, e desde já contando com a costumeira atenção de Vossa Excelência, renovo os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 11.06.91.
(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1420
Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o egrégio Plenário, seja realizado por iniciativa deste Poder Legislativo, no dia 19.06.91, um fórum de Debates sobre os aspectos técnicos-jurídicos e implicações da proposta governamental de transformação das Fundações em Autarquias.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(aa) ERNANI PUDELL
OVIDIO CONSTANTINO
PAULO MAIA
DR. ROSINHA.

JUSTIFICATIVA:

O Governador do Estado encaminhou a esta Casa de Leis, Mensagem Governamental que pretende transformar em Autarquias todas as Fundações existentes hoje no Estado do Paraná.

O Governador baseou-se em argumentos de renomados juristas de Direito Administrativo para encaminhar tais transformações.

Por outro lado, encontramos os servidores, as Universidades Estaduais e outras vozes de direito administrativo, argumentarem que é perfeitamente conciliável a existência na Administração Pública das Fundações. As Universidades Estaduais perderiam sua autonomia ao passarem de Fundações para autarquias?

O que é melhor para a Administração Pública do Paraná: A manutenção das Fundações ou das autarquias?

Estas indagações devem ser respondidas claramente, após discussão que não deixem dúvidas sobre o que é melhor para o Estado.

A realização deste fórum tem como objetivo clarear o conjunto da Sociedade Paranaense sobre esta decisão importante que a Assembléia terá que tomar nos próximos dias.

REQUERIMENTO N° 1405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão nos Anais desta Casa, votos de congratulações à ACAMSUL - Associação de Câmaras Municipais do Sul do Paraná, pela composição de sua nova Diretoria, dirigidos os cumprimentos ao seu Presidente eleito, Ilustríssimo Senhor Juraci Camargo dos Santos.

Se por um lado a tradição assinala a constituição dos seus três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - por outro lado a prática política, com notável clareza coloca o papel do Vereador como a sua base fundamental, a sustentar toda essa estrutura. Em outras palavras, significa afirmar que o Vereador é o que se en-

contra proximamente das comunidades que representa. No cotidiano, envolvido nos problemas e aspirações da população, se fazendo elo mais direto do povo e poder.

Nos Parlamentos, nesta Casa ou no Congresso Nacional; nos Executivos ou nos Judiciários, por mais que se voltem para os seus cidadãos, as limitações são muitas, havendo como consequência, certo distanciamento entre governantes e governados.

Entretanto, a figura do Vereador sintetiza a base de qualquer processo político, no bojo de um envolvimento intimamente ligado com a vida das comunidades que representa, essas, recorrem a ele, pois está no seu convívio diário, ao alcance de reclamar, sugerir, enfim de pedir o respaldo que se fizer necessário.

Neste sentido, quando aqui se congratula com a ACAMSUL, é para, antes de tudo, reconhecer os inestimáveis esforços de seus Vereadores que, organizados e somando esforços, buscam conjuntamente corresponder as expectativas do paranaense, daquele que vive no interior, na cidade ou no meio rural.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1408

Senhor Presidente.

O Deputado que apresenta este requerimento assinando ao final, solicita manifestações do Plenário no sentido de consignar em Ata, Votos de Congratulações ao Prefeito Modesto Golin e ao Presidente da Associação Comercial e Industrial, Lírio Pivatto, pelo sucesso e brilhantismo da 1ª Feira do vestuário e Utilidades Domésticas e 7ª Mostra Regional do Teatro, realizadas em Realeza, de 05 a 09 de junho do corrente.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência às autoridades mencionadas.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Povo e Governo de Realeza, apoiados plenamente pela Associação Comercial e Industrial do Município, estão de parabéns, pelos eventos realizados semana finda.

O sucesso econômico esperado para trazer divisas ao município, só foi superado pela confraternização dos realezenses com todas as pessoas da região sudoeste.

Nada foi esquecido em termos de cultura; os artistas locais prestigiados com apresentação de danças folclóricas, música nativa e sertaneja, grupos de teatro com trabalhos cênicos diversos, entre tantos outros eventos, como a "mateada" em frente à Casa da Cultura.

Enfim, esta realização merece registro nesta Assembléia para que possa servir de

exemplo para outras localidades.

REQUERIMENTO N° 1412

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações à jovem paranaense DENISE SARTORI, vencedora do Concurso Lírico Nacional, destinado a escolher a acompanhante do cantor Luciano Pavarotti.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Dotada de voz privilegiada e sensibilidade aguda, Denise Sartori, sagrou-se vencedora do Concurso Lírico Nacional realizado recentemente em São Paulo, interpretando uma ária de Giacomini Puccini.

Escolhida dentre outros 39 participantes de excelente nível, de todo o país, Denise representará o Brasil na seleção mundial, que será realizada em Filadélfia, nos EE.UU., no próximo ano, a fim de escolher a soprano que se apresentará ao lado do maior cantor lírico da atualidade, Luciano Pavarotti.

Que do presente, além da homenageada, se dê ciência à Fundação Teatro Guaíra, à Secretaria da Cultura, ao Secretário Nacional de Cultura e ao Governador do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1415

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações ao jornalista paranaense Aramis Millarch.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Aramis Millarch, idealizador e fundador da Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, esteve no último fim de semana em dois júris de importantes festivais: em Foz do Iguaçu, no qual o Acordes Cataratas- I Festival Latinoamericano da Canção distribuiu US\$ 50 mil em prêmios, Aramis integrou o júri internacional.

Em Pinhais, no dia 09, participou ao lado de nomes de prestígio nacional como Hermínio Bello de Carvalho, Carlos Callado (Folha de SP) e Luiz Carlos Seroldi (Rádio JB), do júri que apontou os finalistas da etapa Paraná ao Festival Carrefour de MPB.

Há um mês, a convite pessoal de José Maurício Machline, Aramis Millarch, foi também convidado a integrar pela 6ª vez,

o júri de 20 "expert's" nacionais que aponta os melhores para o prêmio Sharp de Música. Dotado de uma sensibilidade aguda e cultura admirável, Aramis Millarch é, constantemente, reconhecido por sua formação e competência.

Através deste requerimento o Poder Legislativo se associa às manifestações públicas de carinho e respeito a esse grande nome paranaense: Aramis Millarch.

Que do presente se dê ciência à Secretaria Municipal da Cultura do município de Curitiba, à Secretaria Estadual da Cultura, à Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira e ao Diretor Presidente do Jornal O Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1393

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Diretor do DETRAN, expediente solicitando a construção da sede própria no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ter o Município de Iporã doado ao Governo do Estado do Paraná, através da Lei Municipal n° 19/85, de 17.07.85, uma área de 1.800 m² destinada à construção da sede da 49ª CIRETRAN do Município, com o objetivo de dar melhor atendimento ao público em geral e melhores acomodações de seus servidores, tendo em vista o fato de não ter sido até o momento elaborado sequer projeto para a obra.

Por ser de importância ímpar o solicitado a comunidade em geral, é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1394

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Mui Digno Presidente do BANESTADO, expediente solicitando a construção de prédio próprio para a Agência de Cafezal.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista que a agência do distrito de Cafezal está funcionando em instalações precárias, em imóvel alugado, desde agosto de 1979, época em que lá se instalou e

considerando o bom movimento financeiro que apresenta, sugere-se a Presidência do BANESTADO, que venha a estudar a possibilidade de construção de prédio próprio.

Por ser de importância ímpar para a comunidade o mesmo, é que trago a apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1395

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando a pavimentação asfáltica ligando o distrito de Cafezal a Jangada, no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando serem os distritos de Cafezal e Jangada, quer em razão de sua densidade demográfica, quer em relação à sua potencialidade agrícola, dois dos mais importantes distritos do município de Iporã e considerando ser grande o intercâmbio entre os mesmos principalmente em razão de se considerar Cafezal como local de acesso de Jangada à PR 323, por esses motivos é que solicita a inclusão no programa de pavimentação das vias vicinais do Paraná da ligação Jangada PR 323 Cafezal na distância de 14 Km, atendendo assim antiga e justa reivindicação do município de IPORÃ.

REQUERIMENTO N° 1397

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de alambrado no Colégio Estadual Tiradentes - Ensino de 1° e 2° graus e na Escola Estadual Souza Naves no distrito de Cafezal.

Tendo em vista a importância da realização das obras e serviços necessários ao fechamento da área onde se situa os referidos estabelecimentos de ensino, com alambrado, dando assim ao bem público a necessária e indispensável proteção de que necessita para se manter em plenas e ideais condições de uso.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1398

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Mario Pereira, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte no Rio Xambrê, na Estrada Yara na ligação Francisco Alves a Nilza município de Iporã.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, que a ponte existente sobre o Rio Xambrê, na Estrada Yara, na ligação Francisco Alves - Nilza, em razão do péssimo estado de conservação que se encontrava ruído, não suportando o movimento de veículos sobre a mesma, inclusive constatada pelo DER, por esse motivo sugere providências urgentes no sentido de se construir uma nova ponte, restabelecendo o tráfego de veículos pelo local apontado.

Por ser de importância ímpar o solicitado à população em geral, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1398-A

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, expediente solicitando a implantação do curso Técnico e Auxiliar de Contabilidade no distrito de Cafezal.

Considerando o fato de não dispor o referido Distrito de condições de manter em seu meio boa parte da sua população estudantil, que em razão da falta de oportunidade é obrigada a se deslocar a outros centros em busca de conhecimentos que os habilitem à prática de atividades que possam vir a lhes proporcionar seguros e condições de sucesso em sua vida profissional.

Por ser de importância ímpar o solicitado à população estudantil, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1417

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado o Secretário de Estado da Saúde do Paraná, solicitando a destinação de recursos financeiros para a urgente ampliação do Posto de Saúde do município de

São José das Palmeiras, neste Estado.

Da lavra do nobre Vereador José Wilson da Silva, da Câmara Municipal daquele município citado, a pretensão visa dar um melhor atendimento à população, para oferecer um serviço qualificado, pondo fim aos transtornos e atendimentos precários atualmente verificados devido a grande afluência de público.

Para melhor substanciar a nossa petição anexamos cópia do requerimento do vereador supra citado.

Do aprovado, REQUER, seja dada comunicação ao Senhor Vereador José Wilson da Silva, da Câmara Municipal de São José das Palmeiras.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1418

Senhor Presidente.

O Deputado que este adiante subscreve, no uso de suas faculdades regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se oficie o Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando providências urgentes para instalar um Posto de Serviços da Empresa na localidade de Codal, no município de São José das Palmeiras.

É intento de nossa petição beneficiar uma comunidade economicamente representativa, geradora de significativos recursos sociais. No entanto, desprovida de um instrumento de viabilização rápida de suas comunicações com outras localidades.

Para embasar melhor o que se pede, anexamos o requerimento do nobre Vereador José Wilson da Silva, da Câmara Municipal de São José das Palmeiras, que propôs o nosso pedido ao Presidente da Empresa Estatal.

Do aprovado, Requer, o Deputado requerente, comunicação ao Vereador supracitado.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido ofício dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente Rubens Brustolin e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Regional Amauri Ribas de Oliveira, do SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, solicitando a criação e instalação do município de IRATI.

Com uma população estimada em setenta mil habitantes, o município de IRATI se caracteriza por seu desenvolvimento contínuo. As atividades agrícolas constituem a base desse crescimento, aliado a um comércio diversificado, que polariza as demais

cidades circunvizinhas daquela Microrregião 17, a Centro-Sul.

Diante de tais aspectos sócio-econômicos, urge dotar IRATI de uma infra-estrutura compatível com as suas reais necessidades, dotando o Município de condições que consolidem cada vez mais o seu progresso e o bem-estar social.

Sem qualquer dúvida, a implantação do SESC vem ao encontro desses objetivos, adequando IRATI e Região de um importante e indispensável atendimento, como quer a ASFUCIL - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO COMÉRCIO DE IRATI LIMITADA. Em nome dessa entidade, que representa o conjunto dos laboriosos comerciários, hoje com mais de 600 filiados, o SESC, dentro das suas atribuições, atenderá os seus familiares, com clínica geral, pediatria, odontologia, entre outras especialidades.

Em razão do exposto, consubstanciado na ASFUCIL, através do seu Presidente, Senhor Álvaro José Glinski e da Primeira Secretária, Senhora Catarina Ignez Canesso, espera-se, no menor prazo de tempo possível, o parecer favorável a respeito, contemplando com inteira justiça uma Região que não tem faltado aos grandes desafios do Paraná, particularmente os comerciários dando a sua imprescindível participação.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1399

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Nizam Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, que dote o Posto de Saúde do distrito de Cafezal de um aparelho de inalação.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, que o Posto de Saúde do distrito de Cafezal município de IPORÃ, não possui aparelho de inalação e considerando que a ausência de tal equipamento vem causando sérios transtornos às pessoas que necessitam do referido aparelho, por esses motivos solicita estudos com urgência com vistas a dotar o Posto de Saúde de Aparelho solicitado.

Por ser de importância ímpar o solicitado à comunidade em geral, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros e/ou materiais através de convênio com a Prefeitura Municipal, para a construção de TERMINAL RODOVIÁRIO, no distrito de Vila Alta, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto, ao Vereador José Ilton de Oliveira e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Vila Alta dista mais de 100 quilômetros da sede do município, que é Umuarama, e apresenta uma considerada densidade populacional, tanto que através de lei governamental, irá se transformar num dos mais novos municípios do Paraná, em outubro de 1.992.

Para tanto requer uma infra-estrutura adequada para dar conforto aos seus munícipes, com aberturas de ruas, instalação de bancos, órgãos públicos e de um terminal rodoviário.

O ainda município a que pertence não possui condições de sozinho investir e construir tal obra, mas com ajuda da Secretaria de Transportes em conjunto com a Prefeitura de Umuarama, a obra será realidade, para o bem daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, para que seja autorizado e incluído no plano de rodovias daquela Secretaria, a implantação de malha asfáltica nos seguintes trechos:

1 - de Lagoinha (município Tijucas do Sul) até a sede do município Agudos do Sul;

2 - de Saltinho (município Tijucas do Sul) até Santo Amaro (município Mandirituba);

3 - de Araucária até Mandirituba, passando por Tiete e Onças;

4 - de Quitandinha a Pien, passando por Pangaré, Doce Fino, Doce Grande, até a Rodovia PR-281;

5 - de São José dos Pinhais a Mandirituba, passando por Cachoeira, Garaô, Coitia, Colônia Marcelino, Colônia Matos, até a Rodovia BR-376, município de Mandirituba.

ba.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os referidos traçados e projetos foram elaborados na gestão anterior. Nosso reforço em solicitar a inclusão, no plano rodoviário na atual administração, é por tratar-se de trechos de real importância, que viriam beneficiar a Região Metropolitana de Curitiba, com pequenos produtores transportando seus produtos hortifrutigrangeiros, em qualquer clima, que hoje chegam ao CEASA com grandes dificuldades, o que permite uma concorrência desleal dos que procedem de São Paulo.

REQUERIMENTO N° 1407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, encaminhando cópia da correspondência enviada pelo Presidente da Associação dos Oleiros do Sudoeste e Oeste do Paraná, solicitando isenção do ICMS para produtos de cerâmica vermelha, tais como tijolos, telhas e outros, pelos motivos que justifica.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Quanto ao mérito da questão os motivos estão justificados plenamente na correspondência recebida, a qual pretendemos encaminhar ao Senhor Secretário. Porém, vale uma ressalva: o Presidente da Associação dos Oleiros pretende a isenção do ICMS para produtos de cerâmica vermelha através de uma emenda na mensagem 23/91, que objetiva autorizar o Executivo a instituir o regime fiscal das microempresas.

Salvo melhor juízo, a matéria ficaria melhor colocada em legislação pertinente ao próprio ICMS, de forma específica. Assim, entendemos ser mais apropriado encaminhar o expediente ao Executivo, para que o receba em forma de sugestão e, também, entendendo meritória as razões, encaminhe mensagem competente, sanando o vício da inconstitucionalidade.

REQUERIMENTO N° 1411

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário na ESCOLA ESTADUAL SANTO AGOSTINHO, localizada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Santo Agostinho, funcionando à rua Cascavel, 1610, no bairro do Boqueirão, nesta cidade de Curitiba, atende atualmente a cerca de mil alunos, contando com um quadro de cinquenta funcionários.

Diante disso, freqüentemente há necessidade de uma comunicação mais ágil - como em emergências - com a comunidade ou serviços públicos.

A Escola não tem assinaturas de terminal telefônica, o que concorre favoravelmente à instalação de um telefone público.

Que do presente seja dado conhecimento ao Diretor e ao Presidente da APM da escola supramencionada.

REQUERIMENTO N° 1413

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual Santo Agostinho, ensino de 1° grau, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Escola Estadual Santo Agostinho, localizada no bairro do Boqueirão, nesta Capital, atende aproximadamente mil alunos, entre primeira e oitava séries do primeiro grau.

Para isto, tem em seu quadro cerca de 50 professores e funcionários. Nessas circunstâncias, a falta de um telefone na escola acarreta dificuldades para o desenvolvimento eficaz de serviço administrativo, bem como na impossibilidade de comunicação ágil com a comunidade e órgãos públicos, como também de serviços de emergência.

Isto posto, confiamos nas providências da Secretaria de Educação, a fim de atender à justa reivindicação da escola em questão.

Que do presente se dê ciência ao professor Júlio Fachini, diretor da Escola Santo Agostinho, e ao presidente da Associação de Pais e Mestres, na Rua Cascavel, 1610, Boqueirão (CEP 81.500), nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1416

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos estudantes da Sociedade Tuiuti, apoiando a luta do ensino público e gratuito e contra as altas

mensalidades das escolas privadas. Reque-rem também seja enviado este expediente à direção da referida Faculdade.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO, DR. ROSINHA,
e ERNANI PUDELL

Apoio: PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os aumentos das mensalidades escolares inviabiliza a permanência na escola da maioria dos alunos. São aumentos ilegais e quando legal é imoral, uma vez que os salários estão congelados. O direito à educação está garantido na Constituição e por si só já é um direito inalienável do homem, por isso obrigação do Estado.

Nesse sentido, nos somamos aos estudantes e defendemos a escola pública e gratuita em todos os níveis de ensino.

REQUERIMENTO N° 1419

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. José Ritti Filho, Prefeito de Santo Antônio da Platina, para que seja reintegrada a Sra. Marlene Aparecida Ferreira ao corpo de funcionários do Hospital Nossa Senhora da Saúde.

Seja dado conhecimento deste requerimento à direção do dito hospital e ao Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Jacarezinho e Região - SINDESJA.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(aa) DR. ROSINHA, ERNANI PUDELL,
e OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição brasileira garante o direito de todos os segmentos da sociedade. A nossa legislação dá estabilidade de emprego aos dirigentes sindicais. O Senhor Prefeito de Santo Antônio da Platina, desrespeitando a lei, demitiu a servidora; por isso pedimos sua reintegração.

Sabem todos os cidadãos informados que quando trabalhadores que gozam de estabilidade empregatícia são demitidos, revêem seu emprego via judicial, e neste caso específico, por ser servidora municipal, quem pagará o ônus da demissão será o contribuinte do município.

REQUERIMENTO N° 1421

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado das Finanças, a respeito da questão do BRDE.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1400

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando serviços de manutenção na BR-476, trecho Santa Gema/Bocaiúva do Sul, que se encontra em péssimo estado e cujas margens e esgotos estão totalmente obstruídos.

Cabe informar que esta restauração se tornou indispensável, para que se possa utilizar desta rodovia, sem correr o risco de danificar os veículos que ali transitam.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) CLEITON KIELSE.

REQUERIMENTO N° 1401

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando serviços de manutenção na BR-476, trecho Bocaiúva do Sul - Adrianópolis.

Insta salientar que após um mutirão realizado para sua restauração, através das Prefeituras dos dois municípios e o DNER, nada mais foi feito, estando o mencionado trecho da rodovia em estado deplorável, podendo dentro em breve espaço de tempo ficar completamente danificada.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) CLEITON KIELSE.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 231/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao professor Dr. RUY NORONHA DE MIRANDA, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, em todo o mundo, existem doze milhões de pessoas portadoras de Hanseníase. No Brasil, aproximadamente 500 mil cadastradas, sendo 25 mil no Paraná e 14 mil só na Região Metropolitana de Curitiba.

Para os critérios da Organização Mundial da Saúde - OMS, esses números são considerados muito elevados.

Na Idade Média, os portadores do Mal de Hansen eram queimados em fogueiras ou segregados da sociedade, habitando em cavernas e portando sinos para anunciar a presença.

Os tempos mudaram e hoje os hansenianos não são mais queimados e deixaram os sinos, mas continuam sendo segregados. A sociedade continua temendo-os, preferindo ignorá-los a encarar o problema de forma responsável e corajosa.

A hanseníase, cujo sinônimo, lepra, foi excluído do vocabulário médico pelo impacto psicológico negativo, tem merecido a dedicação e a pesquisa médicas, a fim de, se não a exterminar, pelo menos aliviar seus efeitos e reduzir sua incidência.

No Paraná, a procura incessante da cura da hanseníase marca a vida de um grande profissional da medicina. Sua luta teve início ainda quando estudante, há mais de 50 anos e jamais parou, constituindo-se no seu ideal de vida.

O Dr. Ruy Noronha de Miranda, emérito professor da Universidade Federal do Paraná e uma das mais respeitadas autoridades no campo da leprologia é autor de inúmeras publicações médicas e literárias, além de centenas de trabalhos de excelente nível.

Membro da Academia Paranaense de Letras e diversas entidades literárias, o Dr. Ruy Miranda é orgulho para o Paraná e exemplo de dedicação e amor à causa pública.

Apenas o seu nome já é credencial para o recebimento da homenagem que se pretende com o presente projeto.

Em anexo, o Curriculum Vitae do Dr. Ruy Miranda procura mostrar de forma sistemática a grandeza, a formação, não apenas do médico, mas do cidadão que hoje, à frente da Fundação Pró-Hansen (por ele fundada) prossegue firme na luta pela dignidade da pessoa portadora do Mal de Hansen. Esta luta lhe valeu o reconhecimento internacional e, certamente, justifica o título que lhe queremos conferir.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 232/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar dentro da estrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná o Corpo da Guarda Escolar para cuidar da segurança das escolas estaduais.

Parágrafo Único - Compreende-se por segurança das escolas a proteção do patri-

mônio público e a preservação da incolumidade das pessoas.

Art. 2º - No cumprimento da presente lei fica a Polícia Militar obrigada a gestionar junto à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, dentro de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A falta de segurança em que se encontram nossas escolas e a impossibilidade de o contingente atual da Polícia Militar executar essa tarefa; além da falta de treinamento específico para enfrentar problemas diários das escolas, fazem com que se torne, se necessário, autorizar o Poder Executivo a criar um corpo da guarda escolar, com pessoas treinadas especificamente para a segurança interna e externa dos estabelecimentos escolares, seus alunos, professores e funcionários.

Atualmente a segurança das escolas está entregue a zeladores, professores e até a alunos que se encarregam de manter a ordem dentro e nas imediações das escolas que são constantemente ameaçadas por traficantes, desordeiros, ladrões e depredadores.

A necessidade dessa criação é premente, pois colocará nas escolas elementos com condições de desenvolver esse trabalho de ordem e segurança permitindo ao corpo docente e administrativo um desenvolvimento eficaz e tranqüilo de suas funções próprias.

É vital a segurança de nossas crianças e não podemos ver no Paraná acontecer fatos tristes como temos visto nos noticiários nacionais em que alunos são até mortos por marginais.

O Paraná precisa prevenir e proteger sua população escolar.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Sra. Deputada Emília Belinati, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa Diretiva dos trabalhos, projeto de lei que visa o encaminhamento e a criação do Corpo da Guarda Escolar, que permitirá, se aprovado por esta Casa de Leis, a condição de oferecer segurança às escolas estaduais.

Como Prefeito de Rolândia, tivemos uma experiência que deu certo. Em convênio

verbal com o 15º Batalhão da Polícia Militar, criamos a segurança escolar em Rolândia. E, realmente, foi uma idéia que funcionou.

E por isto hoje, estamos encaminhando este projeto de lei, esperando que - se aprovado evidentemente - as escolas estaduais possam merecer e ter esta segurança tão importante.

Nos dias em que vivemos, observamos a falta de segurança reinante em todas as escolas, não apenas as estaduais. Entretanto, estas são de dever do Estado.

(Lê o Projeto que tomou o nº 232/91, já publicado no Expediente).

Gostaríamos ainda de dizer que, vendo ontem no noticiário, eu pediria ao nobre Presidente e também à liderança que me cedesse alguns segundos do horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência passa a usar o horário da liderança.

O SR. EURIDES MOURA - Obrigado.

Continuando, e vendo no noticiário nacional, quando foi dado enfoque ao lamentável acontecimento, o assassinato da jovem Silmara, quando na defesa de um de seus colegas estudantes, na zona norte da capital de São Paulo, perdeu a sua vida, trabalhando e lutando para que, de fato, não fosse assaltado de seu colega um jogo de tênis!

Vejam Senhores Deputados, em que situação se encontram as escolas, não apenas no Estado do Paraná, não apenas em São Paulo, mas em todos os Estados da Federação brasileira. Por isto nos faz crer que esta nossa idéia seja muito bem acolhida pelos Senhores Deputados, porque aprovada a lei, teríamos a condição de que, no Estado do Paraná, as escolas de responsabilidade do Governo do Estado tivessem com esta segurança tão necessária para a tranqüilidade não apenas dos alunos mas dos Senhores professores e daqueles que servem e prestam serviços nas escolas estaduais.

Por isso ficaríamos felizes se nos próximos dias, quando viesse à discussão nesta Casa, encontrássemos apoio dos Senhores Deputados no sentido de que esta lei pudesse ser aprovada e tivesse uma consequência feliz.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, nobre Deputado?

Quero parabenizar o Deputado Eurides com relação ao seu projeto. E quando Vossa Excelência menciona o fato que envolveu, que vitimou uma jovem estudante, em São Paulo, me vem à lembrança, também Deputado, do projeto que nós aprovamos aqui transformando o ano de 1991 como o ano es-

tadual dos transplantes e o projeto que criou estímulos aos doadores de órgãos.

Vejam que a família desta jovem, traumatizada com a perda desta moça, na sua juventude, ainda teve forças e a sensibilidade para num gesto, realmente extraordinário, fazer com que todos os órgãos daquela moça, vítima da violência, vítima da insegurança a que estão expostos hoje, praticamente todos os estudantes do Brasil, e esta Casa recebe hoje jovens estudantes que aqui vieram para presenciar esta sessão da Assembléia, aquela família, dizia eu, traumatizada, ainda teve a sensibilidade de fazer com que os órgãos daquela moça estudante fossem doados para ajudar a salvar vidas! Comoveu muito! Eu tenho impressão que o Brasil todo. A entrevista do pai da jovem e à noite, me parece a tia desta jovem quando falou e mencionou o fato da doação dos órgãos. Esta moça, mesmo vítima da violência continua vivendo através de outras pessoas, pelo menos este ponto deve ser muito bem destacado porque no momento em que Vossa Excelência entra com o projeto, visando dar uma maior segurança aos estudantes, é bom também enfatizar este outro lado da violência que campeia em todo os cantos deste Brasil.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. EURIDES MOURA - Agradecemos profunda e sinceramente ao nobre e competente Deputado a damos o aparte também ao grande companheiro José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eminentíssimo Deputado Eurides Moura, apenas para em nome da bancada do PMDB da qual Vossa Excelência faz parte, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela feliz iniciativa de apresentar este projeto, através do qual Vossa Excelência autoriza o Executivo a criar este Corpo de Guarda Escolar. Realmente, é uma das lacunas no setor de Segurança Pública em nosso Estado, porque não dizer em nosso País.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte tentamos fazer alguma coisa próxima disto. Mas, lamentavelmente, não foi possível. O possível está no Artigo 144 da Constituição Federal que é até onde conseguimos chegar. Mas quero parabenizá-lo pela feliz e oportuna iniciativa da proposição, criando melhores condições de segurança para as nossas crianças, para os nossos servidores, para os nossos professores nas escolas estaduais do Paraná.

O SR. EURIDES MOURA - Obrigado. Encerro, agradecendo a participação dos nobres Deputados e agradecendo também à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, Servidores desta Casa, imprensa, extensionistas rurais aqui presentes.

Queremos, nesta oportunidade, que é como antecâmara dos aniversários de Quitandinha e Lapa, que constem nos anais desta Casa as nossas homenagens. À Quitandinha uma jovem de trinta anos de existência e à legendária Lapa, bicentenária. Ambas comemorando, depois de amanhã, mais um aniversário. Quitandinha foi criada pela Lei Estadual n. 790 de 14 de novembro de 1951. Areia Branca, foi elevada à categoria de Distrito pertencente ao Município de Contenda. A 13 de junho de 1961, de acordo com a Lei n. 37, ascendeu a município, recebendo então o nome de Quitandinha, desmembrando-se parte de seu território do Município de Contenda e parte do de Rio Negro, município que representamos.

A instalação do novel município se deu no dia 05 de novembro de 1961, data em que foi empossado o Senhor Eleutério Ricardo de Andrade como primeiro Prefeito Municipal.

Limita-se o Município de Quitandinha com os Municípios de Lapa, Contenda, Mandirituba, Agudos do Sul, Piên e Campo do Tenente.

É seu Prefeito atual João Santana Pinto. A ele os nossos parabéns e as nossas homenagens extensivas a todos os quitandenses.

E a Lapa. A Lapa foi fundada por volta de 1731, às margens da estrada da Mata, que era um trecho do histórico Caminho de Sorocaba - Viamão; sua primeira denominação foi Capão Alto. A 13 de junho de 1769, foi elevada à categoria de Freguesia, e devido a seu rápido crescimento, seus moradores fizeram uma petição e a enviaram, por intermédio do Coronel José Vaz de Carvalho, ao Governador Geral da Capitania de São Paulo, para que Capão Alto fosse elevada à categoria de Vila. A 6 de junho de 1806, esta petição foi aprovada, realizando-se nesta data festas populares e a eleição de Gabriel da Silva Sampaio, como Juiz Presidente, José Vieira, Manoel Maciel e José França, como Vereadores, João Ferrasores como Procurador do Conselho.

Pelo Decreto n. 1418 de 16 de agosto de 1854, foi criado o Juízo Municipal, tendo como primeiro Juiz o Dr. Manoel de Barros Wanderlei Lins. A 30 de maio de 1870, foi criada a Comarca da Vila Nova do Príncipe, que foi instalada a 11 de junho de 1871, tendo como primeiro Juiz de Direito o dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu em 1872, Vila Nova do Príncipe foi

elevada à categoria de cidade, porém com a denominação de LAPA.

Limita-se o Município da Lapa com os Municípios de Pôrto Amazonas, São João do Triunfo, Rio Negro, Contenda, Palmeiras, Balsa Nova, Quitandinha, Campo do Tenente, Antonio Olinto e o Estado de Santa Catarina.

A cidade da Lapa desempenhou importante papel por ocasião da Revolução Federalista de 1894, tornando-se legendária.

Quitandinha, portanto, Senhores Deputados, ao lado da Lapa, ambas desmentiram no passado e desmentem hoje a tão propalada e difundida timidez paranaense.

Foram nobres e grandes, e hoje se atrelam no contexto paranaense como estrelas de primeira grandeza.

Para concluir, Senhor Presidente, queremos usar palavras de Bento Munhoz da Rocha Neto sobre a Lapa: "Se a nossa história foi a paulista, o paranaense já provou no alvorecer da República, a tempera férrea de sua fibra e a sua compreensão elevada do dever, num fato de brilho inolvidável".

Lê: "Se a nossa evolução histórica se desenvolvesse descolorida por entre cenários indefinidos, bastar-nos-ia a resistência da Lapa, por 26 dias, para plantar dentro do Paraná, um marco brasileiro.

Desconsiderável projeção nacional. Contrapondo-se à marcha dos federalistas sobre São Paulo. A energia paranaense segundo heroicamente a energia dos lapeanos.

A Lapa, velha cidade, plantada no concavo de colinas verdejantes, adormecida na sua vida bucólica de pacifismo e trabalho, enlevada pelo misticismo das cercanias, acordou-a o cibiliar dos tiroteios acendidos pela incompreensão das cisões políticas que ainda hoje nos cruciam.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência já está no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Perfeitamente. Concluindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Bento Munhoz da Rocha Neto assim termina: "E ela, resumindo o Paraná, soube ser nobre e grande. Sacrificou o mais pujante do seu sangue e ofereceu o mais valoroso de sua mocidade. E quando caiu, já as diretrizes gerais do Brasil republicano se orientavam por outros rumos, mais definidos e mais fortes".

Seu Prefeito atual é Sérgio Leone.

Parabéns Lapa, você salvou a República, você já no alvorecer do nosso sistema republicano provou que o paranaense não é tímido, não é frouxo, não tem medo de enfrentar desafios e antecipar-se ao amanhã. Parabéns também quitandenses por seu natalício.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Sinto-me constrangido em subir à esta tribuna, mas ao mesmo tempo engrandecido de ter companheiros radialistas que enobrecem este Plenário, que conduzem com ética e decência o seu trabalho profissional. Acontece que têm pontos e falhas em todo o Plenário. Refiro-me até um companheiro de bancada, um companheiro de bancada que eu tinha o maior apreço, que eu tinha o maior apreço por usar calças, por se dizer homem e não por ser covarde e usar da sua rádio, do seu meio de comunicação para transgredir a potência que é jogada a todos os municípios da região metropolitana.

Estou aqui com o prefeito de Cerro Azul, cidade vizinha, cidade sofrida, cidade que com mínimos recursos, consegue sobreviver, consegue, como todos os municípios da região metropolitana, engatinhando e sofrendo. Meu pai, vocês todos conhecem, vinte anos Deputado aqui dentro, vinte anos peleando pela região metropolitana, vinte anos construindo várias cidades daqui. E não é sem honra que eu subo a esta tribuna e com muita honra de ser filho de Quielise Crisóstomo, ser filho de uma pessoa que ao sair da Assembléia, estava com quarenta e sete municípios trabalhando decentemente e construindo esses municípios.

Eu não vou deixar uma pessoa covarde e sem moral para chegar aqui e falar na sua rádio, falar em nome de meu pai blasfêmias. O Senhor sabe muito bem, Senhor Carlos Simões. O Senhor sabe muito bem que com honra eu estou aqui e com o prestígio do meu pai. O Senhor saiba que da maneira como ele se conduziu aqui eu irei me conduzir: com muita honra e decência. E se for preciso eu espero no corredor porque aqui dentro não é lugar de molecagem e muito menos em uma rádio. O Senhor sabe muito bem do que eu estou falando.

Peço a todos os radialistas e a todas as pessoas que estão aqui que entendam esse desabafo de um filho que tem orgulho de seu pai e que vai arriscar a sua honra até aonde for possível e necessário. Aos radialistas que aqui estão eu peço as minhas escusas, porque existem pessoas que, talvez, não tenham uma ética política ainda, mas que aprendem como eu aprendi a ser Deputado e defendo hoje trinta e seis municípios do Estado do Paraná. E sabem os Senhores que Cerro Azul está comigo também na presença do Prefeito que é blasfemado, não só ele como vários da região metropolitana, que não têm recursos para

construir o que querem construir, mas que defendem e não podem ser ludibriados com palavras de um radialista que usa do seu potencial para dizer que são incompetente os Prefeitos. Vai ele conduzir uma Prefeitura que sequer tem uma estrada e essa estrada, Senhor Carlos Simões, que o Senhor cita que é sua, o primeiro ofício encaminhado à Assembléia foi meu da PR-092, ligação Rio Branco do Sul - Cerro Azul.

Todos o sabem que ele foi o mais votado do município de Cerro Azul, talvez pela sua rádio, talvez pelo nome que levou lá, talvez pelas coisas que levou para lá na assistência social. E muitos sabem aqui também, já que é para lavar a roupa aqui, todos sabem do aumento que houve do transporte coletivo, do qual Carlos Simões é irmão de um dos proprietários dessas empresas. O aumento dos combustíveis foi 9%; o aumento dos funcionários foi 40%, porque converter 40% no aumento das passagens? Isso não existe! Isso é conchavo! Parabênizo o Deputado Neivo pela posição quanto acabar com o monopólio do transporte intermunicipal e interestadual e ao Sr. Carlos Simões, saiba que o Sr. sabe com quem está falando agora e saiba que com decência meu pai fez 20 anos aqui. O Sr. está de fraldas aqui como eu estou e se o senhor pensar que eu vou deixar o nome do meu pai esvair numa tal rádio, numa tal televisão, o Sr. está muito enganado. O Sr. saiba que aqui tem filho orgulhoso do pai que tem, que soube defender durante 20 anos os municípios no qual ele defendeu.

E se o Sr. tiver alguma coisa para resolver, fala comigo, não vá fofocar em rádio não.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMOES (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer ao ilustre companheiro, Cleiton Kielse, de que eu tenho provas de que em nenhum instante eu citei o nome do pai dele em meu programa de rádio.

Sequer eu o conheço. A minha disputa em Cerro Azul não foi com o Cleiton, mas sim com Ruppel e de fato eu falei que ele é aposentado pelo Tribunal de Contas e é verdade, não é fraude, não é mentira. E que a minha conduta política em Cerro Azul e nos demais municípios sou o mais votado. O meu intuito não foi defender o Kielse, não o conheço, mas a minha disputa com os demais Prefeitos que também me massacraram em termos de eleição, eu revido e cobro, como também sou defensor emérito da região Sul e da região Metropolitana, com clareza e com classe.

Quero dizer ao Deputado Cleiton que não sou filho de pai assutado, da mesma forma como ele não é. Eu estou aqui para trabalhar pela população, para defender a

Curitiba, terça, em 11.06.91

população e também defender a minha região Sul, Curitiba e região Metropolitana e inclusive Cerro Azul.

Sr. Presidente, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência poderá usar o Pequeno Expediente ou a Liderança do PMDB, porque já não passa mais a ser uma questão de ordem, já é pronunciamento, uma discussão que certamente o Deputado Quielse provavelmente vai querer também a tréplica e eu pediria então ao Deputado Carlos Simões que usasse o horário da liderança do PMDB, que ainda tem 5 minutos deixados pelo Deputado Eurides Moura.

O SR. CARLOS SIMOES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, companheiros da Emater e demais companheiros das galerias.

Nós trabalhadores, temos sofrido na pele nos últimos anos, a política econômica de todos os governantes, sejam eles da Ditadura ou tenham sido eles o chamado Collor de Mello, eleito recentemente em eleições diretas.

Nós trabalhadores temos sido massacrados e explorados. Os estudantes em nosso país não têm a escola pública que desejam, se quiserem estudar têm que ocupar os bancos escolares do setor privado, com cobrança aviltante das mensalidades.

O Parlamento brasileiro goza de um certo descrédito junto a população. Os políticos de uma maneira geral também têm sofrido esse descrédito e muitas vezes dão razão para isso como o caso que ora transcorre no vizinho município de Piraquara. A Constituição Federal, no seu artigo 29 - inciso 5º diz que a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, será fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura para o ano subsequente.

Pois bem, a Câmara Municipal de Piraquara cumpriu com esse seu dever em novembro de 88. Fixou o salário do Prefeito em MVR, que seria hoje um montante de um milhão quatrocentos e noventa e um mil, quatrocentos e sete cruzeiros. Mas como é praxe no nosso país desrespeitar a Constituição, que isto é feito pelo próprio Presidente, a Câmara Municipal de Piraquara também desrespeitou a Constituição Brasileira e em junho do ano passado aumentou o salário de duzentos para oitocentos e cinquenta MVR's. Tanto foi desrespeito à Constituição que os Vereadores sabiam o que estavam fazendo e por isso foi feito em sessão secreta para que a população não

Recentemente, em janeiro, com o Plano Collor 2 foi extinta a MVR. A Câmara Municipal, ao contrário de simplesmente substituir por um outro valor que equivallesse os duzentos MVR, que era válido e aprovado no ano passado, continuou mantendo um outro piso salarial e desta vez o único fato louvável colocando que esses aumentos deveriam ser dados de acordo com o aumento dos servidores. Esta situação, ao regulamentá-la, mudou o salário do Prefeito para um valor que será votado hoje naquela Câmara no valor de seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e sete cruzeiros.

No entender da Bancada do Partido dos Trabalhadores este, provavelmente, será um dos famosos "marajás" que o Collor vai ter que cassar, se é que ele se dispõe ainda a cassar. Isto é um assalto aos cofres públicos e é totalmente ilegal e inconstitucional, uma Câmara de Vereadores aumentar o salário do Prefeito, como vem fazendo a Câmara de Piraquara. Isto para nós trabalhadores, com salários achatados, massacrados, isto é uma afronta, pois a maioria da classe trabalhadora brasileira passa fome ou está a caminho.

Isto para nós é um desrespeito a toda a sociedade e principalmente aos trabalhadores dos quais são massacrados. E no nosso país qualquer trabalhador que lute pelos seus direitos, geralmente é perseguido, demitido e é submetido à humilhação, quando nada mais quer do que simplesmente ter um salário digno e justo, enquanto alguns Prefeitos metem a mão no cofre público e embolsam o dinheiro com apoio da Câmara de Vereadores. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Assembléia registra com satisfação a presença dos alunos do Colégio Bom Jesus, que hoje vieram a esta Casa para acompanhar a sessão, bem como os funcionários da Emater.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

Nossa homenagem aos companheiros da Emater e nossa homenagem aos alunos do Colégio Bom Jesus. (LÊ).

"A justiça do trabalho deve entregar ainda esta semana, ao reitor da Universidade Estadual de Londrina, uma sentença obrigando o pagamento de 250 milhões de cruzeiros a professores e funcionários da Instituição, sob pena de penhora de bens patrimoniais.

Esta é a terceira ação trabalhista contra a UEL, a receber sentença este ano. Ao todo, professores e funcionários rece-

berão um bilhão e cem milhões de cruzeiros. Dez por cento do orçamento da instituição para 1991, do total a ser repassado pelo Estado.

Mas as ações trabalhistas contra a UEL não se resumem a este valor já definido e julgado. Ao todo são 103 processos com um valor total, não atualizado, de seis bilhões de cruzeiros, (90% por cento) do valor a ser repassado à Universidade de Londrina pelo Tesouro do Estado, este ano. Este valor equivale a um rateio entre funcionários e professores na ordem de 4,1 milhões de cruzeiros, se distribuídos a todos os servidores.

Senhor Presidente, Sra., Srs. Deputados:

Estes números, do caos administrativo instalado na Universidade de Londrina, representam apenas uma parcela da volumosa indústria das ações trabalhistas que norteiam as fundações universitárias do Paraná.

As instituições de ensino superior do Estado estão sendo acionadas na justiça do trabalho em 366 processos, com um valor total de 25 bilhões de cruzeiros.

Com estes recursos, o Governo poderia construir 30 mil casas populares do projeto mutirão. Pagaria a folha dos 180 mil funcionários públicos do Estado. No mês de junho. Ou ainda, poderia sustentar todas as universidades estaduais durante dois anos, incluindo os salários dos professores e funcionários destas instituições.

Esta realidade nos leva a duas questões objetivas. O Governo do Paraná não está cumprindo os direitos trabalhistas, garantidos na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho?

Estaria o Governo do Paraná obrigando os funcionários das faculdades a buscarem na justiça seus direitos e portanto incorrendo em crime de responsabilidade?

Senhor Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados:

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino".

Se a constituição garante às universidades a autonomia administrativa e financeira, porque os funcionários e professores estão movendo ações trabalhistas? Não são os próprios servidores que elegem o Reitor e os Diretores de Departamentos destas instituições, e que, portanto, deveriam zelar pelo bem público e os interesses de cada um?

Senhor Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados:

Estes fatos nos indicam exclusivamente uma linha de raciocínio. Estamos diante de

um escândalo semelhante ao do INSS. Os advogados das universidades são parte interessada nestes processos. O Estado está sendo considerado como elemento estranho às ações, pois no entendimento dos juizes as fundações universitárias são de caráter privado, não importando quem sustenta estas instituições.

Em favor da autonomia das universidades garantida na constituição, o Estado está sendo chamado apenas para pagar a conta. Não tem o direito de saber o que está se questionando, sua legitimidade, sua veracidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Casa não pode permitir que recursos do tesouro do Estado, pagos pela população paranaense, continuem sendo despejados neste buraco sem fundo, que mais parece uma ação entre amigos. Não transparece que esta instituição que deveria zelar pelo desenvolvimento do Estado tenha preocupações mais nobres.

A prova do canibalismo do que ocorre nesta instituição, e até prova em contrário nas demais, vamos encontrar quando compararmos com o grau de eficiência de outras instituições de ensino do país.

Inicialmente vamos comparar alguns indicadores da Universidade de Londrina com os da UNICAMP, considerada a melhor Universidade do país, pela excelência de seus professores e pesquisas desenvolvidas. Na Universidade de Campinas, onde 50% dos estudantes situam-se na faixa de pós graduação e doutorado, a relação professor/aluno é de 5,6. Na Universidade de Londrina é de 7,9.

Vamos continuar comparando agora o grau de pesquisa/professor entre a Universidade de Londrina e a UNICAMP. Nos primeiros cinco meses deste ano o índice de pesquisa professor já é de 0,25. Durante todo o ano passado na UEL este número ficou em 0,42.

Mas estes números ganham expressão ainda maiores se compararmos o que pesquisa a UNICAMP e a Universidade de Londrina. Enquanto a UNICAMP se trabalha para a construção de um super computador e componentes de foguetes espaciais, a UEL pesquisa a linguagem falada no Paraná.

Aliás, os pesquisadores de Londrina com certeza devem querer uma explicação porque os curitibanos falam "leite quente". E devem ainda encontrar centenas de dialetos estranhos, principalmente dos analfabetos que não tiveram acesso à escola pública, porque os recursos foram utilizados para pagar ações trabalhistas de professores e funcionários da instituição.

Mas, o comparativo de eficiência da Universidade de Londrina, que deveria oferecer um curso sobre a milionária indústria das ações trabalhistas, não precisa

ser feito com a melhor universidade do País. Vamos compará-la com instituições semelhantes, na avaliação de setores especializados.

Na UNISINOS de São Leopoldo, a relação professor aluno é de 21,7. Equivalente a média francesa. A relação aluno-professor é de 26,3. Na Universidade de Londrina esta relação é 7,9 para professor. Abaixo da média nacional, e de 4,1 por funcionários. Entre as piores relações do mundo.

Mas estes números são de uma universidade de outro Estado, embora a relação pesquisa na UNISINOS este ano seja de 0,3 por professor, quase alcançando a UEL em apenas cinco meses, contra 12.

Vamos aos números da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que oferece praticamente os mesmos cursos que a Universidade de Londrina.

A relação professor aluno é de 12,8 e a de aluno funcionário de 15,2. Lembro os Senhores Deputados que na UEL esta relação é de 7,9 e 4,1.

Como gasta os recursos do Estado a Universidade de Londrina. 90,3 das verbas repassadas pelo Governo do Estado são destinadas ao pagamento de salários. Neste cálculo não estão incluídas as ações trabalhistas.

Na PUC do Paraná, os gastos com pessoal consomem 57,1% do orçamento.

A Universidade de Londrina aponta com um de seus principais serviços o Hospital Universitário, mas a PUC/Paraná mantém o melhor "pronto-socorro" do Estado e um dos melhores hospitais do País no atendimento a queimados.

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Estes números nos convencem de que precisamos rediscutir as universidades mantidas pelo Estado. Estabelecer um projeto mínimo que aproximem estas instituições da realidade sócio-econômica do Paraná. Mas, antes desta discussão, precisamos votar com urgência a Lei que transforma as fundações em autarquias, sob o risco de, a qualquer momento, a indústria das ações trabalhistas dilapidar o patrimônio público. A voracidade, o canibalismo de funcionários e professores não precisa de outra prova, do que este relatório contendo as ações contra as instituições.

Senhor Presidente, hoje está aqui na Assembléia, o movimento do justo, do qual espero que o Governador do Estado tenha sensibilidade de resolver imediatamente o problema dos trabalhadores que tanto lutam, na semente que é semeada na terra para os alimentos da nossa população.

Não podemos acreditar que é dentro do próprio dinheiro público, porque todo o dinheiro que é pago pelo povo é dinheiro público, não podemos aceitar um veterinário

rio de um outro órgão do Governo do Estado ganhe trezentos mil cruzeiros, enquanto que um da EMATER ganha apenas setenta ou oitenta mil cruzeiros.

Nós precisamos moralizar o dinheiro do povo. Nós precisamos melhorar o dinheiro do povo. Nós precisamos que todo o cidadão que tenha o seu curso médio, superior, ou que seja iniciante em qualquer profissão assuma um cargo no Governo do Estado sabendo que vai ganhar tanto e de que no decorrer dos meses, que a inflação que nós conhecemos que o Brasil conhece, que esta inflação seja repassada aos preços, que os funcionários públicos de todo o Estado do Paraná, imediatamente, sem precisar vir à Assembléia, sem precisar falar com Deputado, com Prefeito, com Vereador, com Secretário de Estado ou com o Governador, imediatamente tão logo haja os custos da inflação repassados ao mercado, que todos os funcionários públicos, imediatamente, recebam este aumento sem qualquer favorecimento.

Eu, quando Prefeito de Mandirituba, durante seis anos, nunca tive uma greve na minha administração. Porque tão logo assumi a Prefeitura, eu coloquei e classifiquei o trabalhador por cargos, dentro da capacidade de cada um.

E todos aqueles que ganhavam seus salários, quando havia um aumento de salário mínimo, automaticamente era repassado aos nossos trabalhadores municipais.

Nós não podemos aceitar e aqui eu faço um apelo até dramático ao Governador do Estado que crie, imediatamente, um regime único de trabalhador. Não importa que setor seja.

Desde de seja pago com o dinheiro do povo, que haja um tratamento de igualdade, porque não podemos permitir que hoje os nossos trabalhadores, grandes trabalhadores, que ajudam e apóiam o nosso trabalhador rural, estejam aqui perdendo tempo em prejuízo dos agricultores, que hoje não contam com o seu apoio. E eles contam com o meu apoio, certamente com o apoio dos companheiros do PDT, nesta sua luta justa, que imediatamente sejam reparados os seus salários.

Concedo aparte ao Deputado Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha- (aparte) - A questão da indústria, da ação trabalhista, ela só é fruto de uma outra indústria: a indústria da fraude e do desrespeito às leis trabalhistas, que os Governos causaram, até o momento, com estas universidades.

Se o Governo tivesse cumprido todas as leis trabalhistas "ipsis literis", não teria ação trabalhista. Ou se ela existisse, seria derrotada.

Então, ela só é fruto desta outra indústria: a da fraude, que o próprio Gover-

no estava comentando com estes servidores.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Perfeitamente.

Tanto é que eu questiono aqui, eu não estou culpando os funcionários da Universidade de Londrina. Eu estou chamando como crime de responsabilidade dos Governos anteriores, que deixaram acontecer o caos que aí está. Os funcionários de Londrina não têm culpa. A culpa eu considero aqui, a forma de Governo que hoje, no caso de Londrina, não há uma especificação de quem é o responsável: se é a Fundação, sem recursos ou se é o Governo do Estado.

Infelizmente eu não posso conceder mais apartes, porque o nosso Presidente assim não permite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Não é o Presidente que não permite, mas o Regimento, já que o Horário das Lideranças do PDT já ultrapassou o determinado.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nada como um dia atrás do outro. Eis que vos apresento o dia seguinte.

O dia seguinte da propaganda eleitoral. O dia seguinte do discurso do Senhor Álvaro Dias, em dias que tinha poder, nesta tribuna, mostrando uma Suíça à brasileira, um Estado todo ele feito de tranquilidade, de obrigações zeradas, de tudo acertado.

Eis que vos apresento, nos números patéticos do Deputado Geraldo Cartário, a reivindicação trabalhista que o PDT, por doutrina partidária, endossa e deve apoiar, porque assim faria Leonel Brizola, se Deputado fosse, isso eu tenho certeza e dou testemunho, a reivindicação trabalhista dos direitos espoliados de centenas de milhares de funcionários ao longo do Governo Álvaro Dias, chamada agora de indústria das reivindicações trabalhistas. O que se pretende?

A revogação da Consolidação das Leis do Trabalho?

A revogação da autonomia das Universidades e a volta ao tempo de trevas do regime franquista, quando os administradores do palácio, da ditadura espanhola, diziam como devesse proceder os reitores e as comunidades? Precisaremos nós, de novo, de um Miguel Tomás Diunamuno para enfrentar as milícias fascistas, dizendo que não passarão?

Há uma dívida trabalhista ameaçando o patrimônio das Universidades Estaduais do Paraná! Mas antes disso há um crime de gravíssima irresponsabilidade pública que pede a sua devida apuração!

Antes do regime de Urgência ao Projeto de Lei que quer transformar todas elas, todas de uma vez, anulando todas as Leis, as Fundações do Estado em autarquias, do Teatro Guaíra, da Fundepar, do Iapar, da Emater, do Iparides, da Faspar, até as Universidades estaduais, todas elas, todas de uma vez!

A Bancada do Governo e aqueles que lhe dão sustentação sobre o abrigo de quaisquer sigla, têm que responder a essa Assembléia, quais foram as leis que criaram estas Fundações, quantas são, qual a sua diversidade, quais as suas peculiaridades?

E mais têm que responder depressa e já, qual o montante dessas dívidas?

Não se trata de pregar o canibalismo no Paraná. Aliás reconheci parte do texto lido pelo Deputado Geraldo Cartário, reconheci em parte a letra do Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Vi mesmo o seu próprio estilo quando se referia ao nosso acento de leite quente, a mim e a ele tão caro!

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados há que se criar aqui nesta Assembléia, hoje um regime de semi-urgência.

Nós podemos apoiar o Governo nesta sua trincheira contra as ações trabalhistas, para tentar salvar o patrimônio público, mas nós não podemos nem pisar a lei, nem pisar a liberdade, muito menos o ideário do nosso Partido, do PDT, e dos outros partidos que se dizem de movimento democrático ou de inspiração afeita à democracia!

Nós não podemos também, Senhor Presidente, Senhores Deputados entrarmos numa avaliação acadêmica entre a produtividade da Unicamp e a produtividade da Universidade do Rio dos Sinos, porque São Leopoldo e Campinas não servem ao Paraná, não fazem parte do Paraná!

E o nosso juramento nos obriga com Londrina, com Cascavel, com Maringá, com Ponta Grossa e com o espaço sagrado do Paraná!

A Assembléia não pode ser irresponsável. Mesmo a Bancada do Governo não pode ser irresponsável! Não é permissível uma urgência num Projeto de Lei que deve ser rejeitado, se com urgência for tratado.

Mas que pode ser digna e convenientemente estudado, se digna e convenientemente for instruído!

Nós sabemos do poder da mídia do Governo do Estado com relação à mídia restrita, pequena, que existe dentro deste salão. Mas, de repente, como nos momentos graves do arbítrio, valerá a pena lutar contra todo Poder para defender o que ainda resta de liberdade!

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

Declina.

No Horário das Lideranças, com a palavra o PT.

Concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, companheiros da EMATER, do Colégio Bom Jesus que se encontram nesta Assembléia, neste dia.

"A classe trabalhadora brasileira não tem qualquer garantia à proteção do seu poder aquisitivo.

O Governo Collor que veio dizendo "triplicar" o salário mínimo em época de campanha, brinda a classe trabalhadora passando já mais de um quinto de seu Governo com o inesquecível arrocho salarial, o maior de nossa História e também com a supressão das conquistas democráticas dos trabalhadores, resultado de longos anos de lutas e mobilizações.

Não contando ademais com a fenomenal mudança de discurso verificada entre a campanha eleitoral de Collor e a sua prática, quando dizia que os salários não provocavam inflação e que logo após assumir o Governo impede a concessão de aumentos salariais, de reajustes salariais porque o mesmo faria com que a inflação ficasse fora de domínio.

Existe um mecanismo, ainda de tentarem recuperar as perdas salariais ocorridas ao longo de um ano, fruto da inflação que não é repassada, ou ainda de reivindicarem os parcos aumentos salariais que têm direito, que é a data base, onde as partes, patrão e trabalhador, negociam as perdas, as questões salariais.

Para os trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná, através da Lei nº 9.547, de 18 de janeiro deste ano, ainda sancionada pelo ex-Governador Álvaro Dias, garante a data base de dia primeiro de junho.

Portanto, dia primeiro deste mês, que estamos no corrente.

O Governo do Estado, contudo, não sinalizou até o momento nenhuma discussão, junto aos Servidores Estaduais sobre a reposição a ser concedida. Tampouco encaminhou, à esta Assembléia Legislativa, qualquer matéria relacionada ao assunto. O que verificamos foi tão somente declarações do Chefe do Poder Executivo, Governador Requião, estampadas nos jornais, dizendo que se as receitas tributárias prosseguirem em ritmo de crescimento, poderá conceder um reajuste de 50 por cento no mês de junho ou julho, aos funcionários públicos. E que

o Governo, neste sentido, poderá mandar um projeto para a Assembléia.

Ouvimos também do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, numa reunião do bloco agropecuário, de que possivelmente o Governo poderá mandar uma mensagem de reajuste dos vencimentos do funcionalismo para a Assembléia ainda antes do recesso parlamentar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos admitir discurso do tipo: pode ser... quem sabe... talvez... exatamente no mês em que o funcionalismo público tem garantida, por lei, a sua data base de reajuste de reposições salariais.

Além disto, não é novidade entender e ver declarações do Governo Roberto Requião querendo tergiversar e ignorando o mês de junho, e que neste mês deverão ser discutidas as perdas salariais do funcionalismo público, querendo passar por cima de lei e desrespeitando o único mecanismo que assegura aos trabalhadores a garantia de verem recuperadas suas perdas salariais.

Não podemos olvidar que os reajustes percebidos pelos trabalhadores do serviço público durante os cinco primeiros meses deste ano correspondem à parte da defasagem, ocorrida ainda no ano de 1990.

No corrente ano, em 1991, a defasagem salarial já acumula 96.65%, só neste ano somadas as perdas acumuladas do ano anterior os servidores públicos têm um crédito de 121,46% com referência a dados do INPC e de 157% com dados do índice do custo de vida o "Dieese" do Governo do Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados nós vimos em várias menções da imprensa inclusive num Boletim do próprio Sindicato dos Servidores Públicos o SINDASP, dizendo que o Governo Roberto Requião afronta os servidores públicos estaduais e a Constituição Federal quando ele na "Gazeta do Povo" do dia 02 de junho, reafirma que os servidores estaduais não têm data base.

É de desconhecimento do Governador Roberto Requião a lei que dá esse direito aos servidores públicos. A Constituição Federal ainda garante a organização dos servidores públicos em sindicatos e o Governador desconhece isso. É lamentável que para tergiversar e não discutir com os servidores, o Governador Álvaro Dias, tentando ou querendo mascarar uma reivindicação do sindicato dos servidores públicos que querem uma câmara de negociação permanente, cria uma câmara de negociação no final do seu Governo e que coloca por decreto pessoas nesta Comissão, sem nenhum poder de negociação e de decisão para conversar com o funcionalismo público.

Os funcionários têm proposto discussões com o Governo do Estado, a respeito do regime jurídico único, propondo que houvesse uma discussão com os servidores públicos

antes de ser enviada a lei para a Assembléia, o Governador não atendeu. Propõem ainda a discussão da data base dos servidores públicos. Propõe ainda que o Governo represente através de seus representantes legais com poder de decisão na referida câmara de negociações. E nada é atendido até o momento, e o Governador desconhece a lei e a Constituição Federal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a partir dessas deliberações do Governador, começam a aparecer greves dos servidores públicos como é o fato concreto aqui hoje que representantes da EMATER, e que inclusive quero convidar os Senhores Deputados a permanecerem no Plenário após a sessão que os representantes dos servidores públicos e EMATER, do SINDASP irão se pronunciar neste Plenário através desses argumentos para se manifestarem contrários às decisões autoritárias do Governador do Estado. Nós vimos aqui há alguns dias atrás Deputados representantes do Governo com distintivos da EMATER comemorando seus 35 anos, agora está na hora, Senhores Deputados de intervir junto ao Governo do Estado e fazer honrar aquele distintivo que usavam há alguns dias atrás para resolver o problema que está aí, e aquele cartaz muito bem diz, aquela faixa: "Estamos roxos de tanto arrocho".

É lamentável Senhores Deputados que o Governador desrespeite e não queira nem negociar com os servidores públicos na sua data base a reposição dos salários.

A questão do regime de urgência já mencionado aqui nesse Plenário, nós queremos reforçar o pedido à Bancada do Governo, ao Líder Pessuti que retire do Plenário esse requerimento de urgência, porque aí está a prova, a necessidade de discutir com a sociedade. E inclusive o jornal "Folha de Londrina" menciona no dia de hoje uma declaração estarecedora do Secretário Osmar Dias quando diz, qualifica como "burra" a eventual iniciativa para transformar a EMATER em autarquia. Um Secretário de Estado manifesta-se desta forma quando nós estamos aqui querendo regime de urgência para votar no afogadilho, sem discutir a transformação das fundações em autarquias. É necessário que se discuta com a sociedade, primeiro, para depois podermos levar em discussão e votação nesse Plenário esta vontade autoritária do Governador do Estado.

Para concluir, o Governo Requião corre o risco de ser confundido com o Governo Collor quando nas suas promessas de campanha, como mencionei anteriormente, agora transforma tudo aquilo, joga água abaixo, sem respeitar as leis, a Constituição e querendo suprimir, roubar dos trabalhadores as conquistas democráticas, que com tanto esforço conquistaram através das

suas lutas e das suas reivindicações.

Portanto, Senhores Deputados, vamos com atenção tratar desses assuntos porque não se pode levar, a toque de caixa, assuntos importantíssimos como estes na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Arlindo Troian.

O SR. ARLINDO TROIAN - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No dia sete passado, participei de uma reunião na microrregião, que compreende vinte e três municípios, e fizeram um apelo nesta reunião ao presidente da Associação dos Municípios e a nós como Deputado Estadual da região; estava presente o Deputado Federal Antonio Bárbara, comentou-se da situação calamitosa em que se encontram os funcionários da extensão rural, ou seja, da EMATER do Paraná. E para surpresa minha como Deputado, e como já fui Prefeito também da região durante seis anos e conheci de perto o trabalho da EMATER e de seus funcionários, a dedicação que eles têm com o Noroeste do Paraná, com a agricultura, com a pecuária, enfim, hoje também com o que está sendo colocado na região: a laranja, o bicho da seda, eles percebem tão mal, tão mal mesmo, que não é possível mais continuar como está.

Eu até tenho um comprovante em mãos que me foi dado por funcionários do município de Querência do Norte, município que hoje tem a maior produção de arroz irrigado e que tem uma das áreas mais férteis do Noroeste do Estado do Paraná, onde um engenheiro agrônomo, depois de ter estudado tanto, ter se dedicado, com dezesseis anos de casa, está percebendo um salário de cento e setenta e sete mil e trezentos e três cruzeiros. É lamentável! E tem mais! Um zootecnista, que também trabalha no mesmo município de Querência do Norte, com dois anos de empresa, está recebendo setenta e nove mil e quinhentos e trinta e sete cruzeiros.

Esperamos que Osmar Dias e o Governo Requião revejam esta posição da EMATER desses funcionários que estão lá no Noroeste do Paraná, porque sem eles a nossa agricultura não terá continuidade. Eu sei do trabalho e da dedicação desses homens.

Eu sei de funcionário da ACARPA da minha cidade, que pediu para um senhor que

Curitiba, terça, em 11.06.91

não aumentasse o aluguel da casa, porque ele não teria condições de sobrevivência no município. E quantos que não abandonaram a EMATER hoje e estão trabalhando em empresas privadas.

Esperamos a compreensão do Governador do Estado e, principalmente, de Álvaro Dias porque ele passou quatro anos dirigindo os destinos do Estado e, talvez, não percebeu que estes homens estão passando não fome, mas pedindo para que não se aumente um aluguel de casa; eles não têm condições de sobreviver no Noroeste.

Muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PSB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este assunto que tem levado a Justiça do Paraná e a Justiça brasileira a darem, a reconhecerem os direitos dos trabalhadores através do Judiciário, em cima daquilo que os patrões não cumprem, obviamente não pode levar ao desespero aqueles que não querem reconhecer a luta das entidades sindicais, a luta das nossas fundações, a luta do trabalhador por uma situação de miséria que vem assolando a cada dia.

Nós estamos vendo aí a falácia com relação à situação da Universidade de Londrina, mas não é canibalismo, Senhores Deputados, o que está se vivendo ali é a exploração de fundações, é a exploração de educação e nós temos a certeza que se está havendo erro na interpretação destes direitos, compete aqueles que querem julgar e querem jogar a culpa de toda esta situação em cima de professores e universitários, e de outros segmentos de trabalhadores que procurem o judiciário, que procurem os juizes que estão reconhecendo estes direitos, estão reconhecendo um direito aprovado nesta Casa, estão reconhecendo um direito aprovado no Congresso Nacional e que obviamente, através de seus sindicatos, se na mesa de negociação isto é impossível, através dos seus sindicatos, através dos seus advogados eles estão conseguindo o reconhecimento que os patrões não querem reconhecer.

Nós não podemos aqui ficar tentando jogar a culpa em cima daqueles que têm sido eternamente os explorados, que é o trabalhador. Nós estamos vendo lamentavelmente a situação em que se encontram as Fundações do Paraná. Será que a saída por essa herança caótica que recebe o Governo Requião é através da autarquiaização? Nós estamos vendo IAPAR, FUNDEPAR, EMATER, todo mundo de panela vazia na mão e o que

eles estão pedindo, Senhores Deputados, nada mais é do que o reconhecimento por aquilo que já perderam e o que eles estão pedindo é para que se abra esta negociação. Criou-se uma câmara de negociação. Então vamos sentar à Mesa, vamos tentar ouvir o trabalhador, vamos tentar através do diálogo, através deste espaço que é direito mais nobre da classe trabalhadora, entre patrão e empregado achar esta solução e não vir à tribuna ou ir aos jornais ou ir às televisões dizer que os canabalistas estão querendo arrasar o Estado do Paraná, obviamente que não Senhores Deputados, porque o Judiciário está reconhecendo o direito. O Judiciário tem a competência de julgar as ações que estão sendo tramitadas através daquele poder e eu creio que neste momento não compete a nós e não compete ao Governo do Estado ir contra estes trabalhadores, vamos contra o Judiciário, vamos dizer aos juízes que eles estão agindo de forma errada, vamos a enfrentamento aos juízes e não aos trabalhadores que vêm sendo e não a educação que vem sendo eternamente explorada, vem sendo eternamente esquecida a exemplo dos direitos dos trabalhadores com leis cada vez mais arrochantes, massacrantes e desrespeitosos ao direito mínimo que é o direito de sobrevivência, que é o direito de ter a família do trabalhador deste Estado e deste País uma vida digna onde possa dar educação, onde possa ter habitação, onde possa ter o seu direito reconhecido.

Nós acreditamos que por aí o caminho será encontrado e não pela arrogância e não pela prepotência e não apenas pelo peleguismo de se defender o indefensável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos que comparecem à Assembléia Legislativa na tarde de hoje.

É intenção nossa neste momento prestar algum esclarecimento a este Plenário, para que possamos aproveitar ao máximo as duas semanas e meia que nós temos ainda de trabalho neste período legislativo da Legislatura iniciada no dia 1º de fevereiro onde de manhã estivemos por cerca de uma hora reunidos com o Presidente Anibal Khury, discutindo a possibilidade e ela iria acontecer, evidentemente, mesmo que não conversássemos com o Presidente, de fazermos na Assembléia Legislativa, a partir da próxima terça-feira, se este for o entendimento, um esforço concentrado para que pudéssemos votar as matérias que estão tramitando neste Poder Legislativo, algu-

mas evidentemente oriundas de Mensagens de Sua Excelência, o Governador Roberto Requião e outras de iniciativa dos Parlamentares com assento nesta Casa. Se formos fazer uma análise mais aprofundada chegaremos à conclusão de que temos em torno de quinze matérias, pelo menos, de grande importância e de real interesse do povo paranaense, seja de iniciativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Acerca desse assunto conversávamos com o Presidente Anibal Khury da oportunidade de repetirmos o gesto da semana passada quando aqui compareceram o Secretário da Fazenda e do Planejamento para conversarmos e discutirmos acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de fazermos o mesmo com referência à Mensagem que propõe a transformação das Fundações e Autarquias. É nossa intenção ou pelo menos era nossa intenção na manhã de ontem ajustar com o Presidente para que convidássemos em especial o Procurador Geral do Estado, Dr. Frederico Marés, convidássemos também os demais Secretários ou Diretores ligados às instituições, cuja transformação de Fundação em Autarquia estão sendo propostas. Ainda há questão de minutos atrás estivemos reunidos, juntamente com o Deputado Tavares, Deputado Adur que nos acompanhou nessa reunião, com o Deputado Anibal Khury e o Dr. Frederico Marés, quando o Presidente colocou algumas dúvidas que tem com relação à redação da Mensagem proposta e quando ajustou-se para a próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã, portanto depois de amanhã, quinta-feira, às 10 horas da manhã, no Plenarinho da Assembléia, e neste sentido estamos convidando todos os Senhores Deputados para que possamos discutir esta matéria com o Procurador Geral do Estado, com o Secretário responsável pela política de Ensino Superior e queremos crer que com diversos outros Diretores e Secretários de Fundações que isto está sendo proposto a sua transformação em autarquia. Neste sentido pedimos a compreensão dos Senhores Deputados para que façam um pequeno sacrifício de comparecer a esta reunião. Pedimos a compreensão do Presidente Colombino Grassano, da CCJ, e dos Presidentes das demais Comissões, parecem-me da Educação, Comissão de Orçamento, por onde irá passar essa Mensagem para que nos aguardassem até que esta reunião de quinta-feira acontecesse para vermos qual o encaminhamento que juntos, nós Parlamentares e a Presidência da Casa, iremos dar à tramitação desse projeto. Neste sentido, ajustamos também com o Presidente Anibal de que não votaremos hoje o regime de urgência para a matéria, o fazendo na próxima quinta-feira, depois de termos essa reunião e onde nós buscaremos o encaminhamento melhor na forma dos esclarecimen-

tos que se fazem necessários.

Portanto, eu acredito que essa Mensagem é da maior importância para este Parlamento discuti-la, ainda neste período de trabalho que temos até o dia 30 de junho, com essa discussão acreditamos nós que poderemos ter as dúvidas esclarecidas e encontrarmos, buscarmos as propostas de trabalho para que a CCJ, para que as demais Comissões possam daí sim, em regime de urgência e num trabalho bastante rápido como tem sido o trabalho dessas Comissões...

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Eu peço um aparte para Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - ...propor os seus Pareceres e nós trazermos a Plenário aquilo que possamos entender seja o entendimento...

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Pessuti, o Deputado Colombino Grassano, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, este Deputado e os nossos Pares da Comissão de Constituição e Justiça, encarecemos que, com a mesma urgência que vem o Senhor Procurador a esta Casa e que se requer na Assembléia, o Governo responda ao nosso pedido de informações de quantas Fundações foram instituídas pelo Estado do Paraná e quais as leis que as criaram e qual o montante dos débitos trabalhistas que oneram as Fundações Estaduais, entidade por entidade.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A primeira parte da vossa solicitação nós deveremos já no final a tarde ter condições de atendê-la porque foi uma das condições que fizemos ao Dr. Marés, que nos enviasse ainda hoje a cópia das leis que criaram as Fundações que estão sendo propostas para que se transformem em autarquias.

O Sr. Rafael Greca - E o montante das dívidas trabalhistas é inexeqüível, é escondido ou é misterioso?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós iremos solicitar que seja encaminhado.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nós, por iniciativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores e também do Deputado Paulo Maia e esperamos contar com o apoio de todos os demais Pares desta Casa, estamos propondo a realização de um seminário agora dia 19 para que possamos discutir em toda a sua plenitude, em toda a sua extensão, em todas as suas conseqüências a transformação das atuais Fundações em Autarquias. E entendemos que, além da

palavra, do posicionamento do Governo do Estado, através do Procurador e outras ilustres figuras, é de fundamental importância a participação das pessoas diretamente envolvidas, como a comunidade universitária, os representantes de classe dessas instituições. E também nós achamos de fundamental importância poder analisar experiências diferentes que existem em outros Estados. Sabemos que no Estado de São Paulo a USP é uma autarquia de regime especial.

A nossa grande preocupação - e acredito que de todos nós - é evitar que, com o processo de autarquização que visa estancar uma problemática trabalhista que têm em relação a essas instituições, nós acabemos por sufocar todas as conquistas de gestão democrática, todas as conquistas que a duras penas foram conduzidas durante o regime militar e com o apoio do então MDB.

É nesse sentido que nós fizemos um apelo ao nobre Líder de pelo menos esse Requerimento de regime de urgência para depois desse debate porque nós entendemos que, a partir desse debate, tendo os Deputados uma clareza de tudo o que significa este projeto e tendo a possibilidade de inclusive nós termos uma proposta alternativa de consenso desta Casa. Aí eu entendo que a agilização será até maior do que a própria transformação desse projeto em regime de urgência. Hoje, como está colocado, ele geraria resistência, geraria emendas, geraria embates desnecessários neste plenário.

Então, nós entendemos que, com essa iniciativa, nós estamos buscando um consenso que atenda os interesses da sociedade do Paraná. Era esse o apelo que fazemos ao nobre Líder.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu peço um minuto para concluir.

É evidente que nós hoje estamos abrindo mão do regime de urgência e dissemos que na quinta-feira nós votaremos. Após a reunião de quinta-feira, de acordo com o entendimento dos Senhores Deputados, nós poderemos tomar um posicionamento até diferente porque é nesse sentido que nós estamos trabalhando. Nós sentimos justamente que o projeto, ao lado da Lei de Diretrizes Orçamentárias e de outros que estão aqui, é o que reúne o maior volume de indagações e polêmicas na sua discussão.

E é por essa razão que estamos buscando esse debate com a Procuradoria Geral do Estado, com as pessoas ligadas ao assunto para que possamos dirimir dúvidas e vir a plenário com um projeto, com um encaminhamento já mais ou menos equilibrado.

E para finalizar nós gostaríamos de render as nossas homenagens aos servidores

da EMATER-Paraná e a nossa querida ACARPA e dizer que talvez neste plenário, mais do que qualquer dos outros Parlamentares, nós conhecemos a realidade do salário dos extensionistas rurais do Paraná porque temos origem nessa empresa, onde entramos no dia 8 de agosto de 1979.

E desde que aqui estamos, em especial neste ano, nós temos procurado desde o Governador Álvaro Dias, nos meses de fevereiro, de março, e depois o Governador Roberto Requião, nós temos procurado, a todo momento, colocar as dificuldades por que passa este setor e a importância de que se reveste o trabalho dessa categoria profissional.

Na última semana, quando estivemos, no café da manhã com o Governador, ao lado de outros Parlamentares estaduais desta Assembleia, nós fazíamos a ele até um demonstrativo do achatamento salarial a que foram submetidos esses servidores, bem como outros segmentos do funcionalismo do Paraná.

Eu mostrava a ele o piso salarial, o salário inicial que tive em 1979 quando ingressei na ACARPA, naquela ocasião e que correspondia naquela ocasião, a vinte e cinco arrobas de boi que, transformados para o preço do boi hoje, que não é tão bom assim, daria pelo menos, cento e cinquenta mil cruzeiros de salário inicial e nós sabemos que hoje as pessoas que entram não estão recebendo mais do que setenta ou setenta e cinco mil. Isso nós temos colocado no dia a dia.

Ontem à tarde, numa reunião na Secretaria da Agricultura, na qual nós nos fizemos acompanhar do Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia, Deputado Severino Félix, o assunto da EMATER foi novamente colocado pelo Secretário Osmar Dias e que disse que há necessidade de nós encontrarmos rapidamente uma solução para o problema, em termos de salário.

Quero deixar aqui claro que, de nossa parte, seja na condição de Deputado Estadual, seja na condição de médico veterinário, seja na condição de líder de uma bancada ou Líder de um governo, nós temos procurado, ao lado dos nossos companheiros, encontrar os caminhos para que esse problema seja resolvido, porque nós conhecemos profundamente o assunto e sabemos da importância que é o trabalho desses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, eu consulto a Vossa Excelência se eu posso ceder o horário da Liderança ao Deputado Carlos Simões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pode.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Líder do PTB, Deputado Erondy Silvério, obrigado pela deferência.

Venho à tribuna para trazer apenas um esclarecimento, com relação ao episódio acontecido com o Deputado Cleiton, ilustre colega do PMDB. Pena que o Prefeito de Cerro Azul tenha saído do recinto, mas, mais uma vez colocar o entreviro que houve lá. Não houve entreviro, uma discussão lá em Cerro Azul, não com o Deputado Kielse, nem com o pai dele, pois nem o conheço. Nem o conheço e que não foi o Deputado Cleiton meu oponente lá em Cerro Azul e nem eu dele, ele lá poucas vezes esteve e não fez uma grande campanha na região de Cerro Azul, e sim, outro Deputado, e mesmo assim, contra o Prefeito e contra todos os Vereadores. Eu sou o Deputado mais votado de Cerro Azul, com muita honra e digo que represento Cerro Azul pelo povo, não pelo Prefeito, porque o Prefeito é mentiroso, incompetente e covarde e devia estar trabalhando e cuidando do seu município.

Conheço Cerro Azul passo a passo, palmo a palmo, vou a reuniões, a festas, ando por Cerro Azul e a conheço muito bem e vejo o abandono daquele município. Entendo também que o abandono de Cerro Azul, como também dos demais municípios da grande Curitiba e da região Sul, é um abandono histórico já de muitos anos, pela culpa generalizada, muitas vezes, dos Prefeitos Municipais e também pelo abandono e pelo esquecimento dos governos que passaram por aqui, e que até agora, na verdade, não lutaram, não trouxeram verbas, dinheiro para Curitiba, para a Região Metropolitana e para a Região Sul. Nesse sentido, deixar bem claro que aqui nós estamos para discutir e para debater e como fala o Governador Roberto Requião, "de valente o cemitério está cheio". Isso é verdade. A valentia tem que se dar no trabalho, na sua pretensão, na sua volúpia de lutar pelo povo, pelo mais sofrido e pelo oprimido, de lutar de cabeça erguida, sem constrangimento, sem ameaças, porque não é por aí o caminho da solução. O ameaçado sempre acaba reagindo de uma forma ou de outra e não é por aí o caminho da solução e aqui nós estamos vivendo em plena democracia, com toda tranqüilidade, com toda abertura e estamos vivendo hoje, graças a Deus, uma democracia e aqueles que não aprenderam ainda, ou que não sabem que nós saímos de uma ditadura, estão na hora de acordar e verificar que hoje vivemos uma ditadura. E os ofendidos que procurem a lei. Está aí o Tribunal de Justiça, ao nosso lado, está o Fórum de Curitiba, para que possamos, en-

tão, dirimir as dúvidas em juízo, por um caminho legal, por um caminho moderno e avançado, por um caminho que leve à evolução do ser humano. E não retrógrado e atrasado.

Meus amigos, também coloco desta forma. E volto ao assunto primeiro, o meu apelo novamente ao Governador Roberto Requião. Ele, por ser filho de Curitiba, desta região que tanto ele conhece, Curitiba que lhe projetou para o Paraná e por conseguinte, para o Brasil. Está aí um grande nome para o futuro. Eu espero que o Roberto Requião não esqueça da nossa região. E que aplique, também, em Cerro Azul, nossa região, um pouco mais de dinheiro, mais de capricho, mais de carinho. O que não aconteceu com os demais Governadores daqui. Os demais Governadores. E falei publicamente, no meu programa de rádio, nos comícios aos quais eu ia, que só votaria para um Governador que fosse do sul. Sem menosprezo, em absoluto. Não sou divisionista. Mas, está na hora de nós termos, aqui, um Governador que conheça, de fato os problemas da grande Curitiba, os problemas da região Sul, da Lapa, de Rio Branco, de Morretes, que estão sucumbindo e morrendo, se acabando porque não têm condições, não têm estrutura, não têm investimento, não têm nada. Está tudo sucateado. Primeiro, pela incompetência. E segundo, pelo abandono generalizado do Governo do Estado do Paraná, dos Governadores que passaram por aqui.

Roberto Requião, sei disso, tem esta sensibilidade. Ele mostrou já em vários atos que tomou como Governador do Paraná. Primeiro diminuindo o custo em 98% na ligação de uma torneira, na ligação de uma rede de esgoto na casa de um trabalhador para o Paraná inteiro. Isso veio, claro, de encontro em especial para Curitiba e a grande Curitiba. Já foi um grande ato. Lamento que venha tarde. Mas, claro o Requião entrou agora, faz dois meses e pouco, trazendo este grande ato.

Também na questão da Segurança Pública, vemos em Curitiba, hoje, um grande avanço. Um grande avanço num trabalho feito pela Polícia. Claro que não é ideal. Mas, caminha-se! Se mexeu! Se movimentou um pouco. Porque na verdade, estava parado há muito tempo.

Também estamos observando na questão da habitação. Agora, com novas medidas, com novas propostas para a habitação. Vem acalantar o sonho de milhares de trabalhadores que vivem aqui. Em Curitiba e na Grande Curitiba, sofrendo e sonhando ainda em ter a sua casa, o seu terreno, enfim, viver uma vida normal, como vive uma grande parte do brasileiro.

E mais um assunto para completar. O Governador Roberto Requião trazendo, ago-

ra, através do Banco BANESTADO, uma grande meta para a nossa agricultura, tão falida, tão acabada, em todos os sentidos. Aqui estão funcionários que trabalham no Estado e que orientam o trabalhador rural, o pequeno e o médio, para que se plante melhor, para que se colha melhor, para que se produza mais. Mas, mesmo assim, gente, sem recursos, sem o financiamento devido, fica numa situação difícil, realmente.

E aqui registro o meu protesto com relação ao Banco do Brasil. Famigerado e falido! Que fugiu da sua função há muitos anos, há muitas décadas, ou melhor, talvez nunca teve o Banco do Brasil uma função de coerência, de financiar o pequeno e o médio produtor rural, no Brasil.

Eu sou um fruto disso: do não financiamento do Banco do Brasil, quando morava lá em Pato Branco, há mais de 15 anos atrás, quando o meu pai, simples, um pequeno produtor rural, foi pedir empréstimo no Banco do Brasil e não conseguiu porque ele era muito pequeno. Tinha apenas doze alqueires de terra na região de Pato Branco. Então, está na hora do Banco do Brasil, do Presidente Collor de Mello, realmente, adotar uma linha. Uma linha de coerência. Uma linha séria, que atenda a agricultura brasileira. E que os órgãos públicos, as funções públicas exercidas tanto no Governo Federal como Estadual, devem ser incrementadas, porque você vê a carência num município como Cerro Azul! Lá na Água Branca, você vê a deficiência de um pequeno produtor rural, de um médio produtor rural, em se orientar, em abrir um caminho para uma produção melhor, para organizar sua terra, para mexer a sua terra, para adubar a sua terra, quanta dificuldade! Então mostra a carência que tem este País.

Deixo aqui, para encerrar também mais uma vez a cobrança que faço todos os dias, nos meios de comunicação onde trabalho, na TV Iguazu, Canal 4 e também pela difusora 590, que as autoridades públicas do Paraná não esqueçam que existe a Curitiba e a Grande Curitiba, independentemente de qualquer disputa eleitoral que haja com Governador e com o Prefeito de Curitiba. Tem que parar com isso e trabalhar para o povo e para a população! Independentemente de eu ter apoio de Prefeitos ou não, aliás nenhum me apoiou, graças a Deus, estou livre e limpo para falar, debater, discutir com tranqüilidade, mas mesmo assim a minha luta é para os municípios do Sul, no sentido genérico é que o Sul seja atendido como o é o Norte e outras regiões do Paraná.

É isso aí, Senhor Presidente muito obrigado, líder do PTB, Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu fui citado no discurso do Deputado Carlos Simões, e eu pediria, de público, a fita do tal programa do Carlos Simões, e vieram me esclarecer que não foi o meu pai o citado, mas eu duvido muito. Eu quero bem clara esta situação para, se for o caso, retratar a minha posição aqui.

E quanto à colocação do Deputado Carlos Simões sobre a incompetência dos Prefeitos, eu peço a ele que vá dirigir uma Prefeitura dessas para ver o que é arrojo e o que é dificuldade para conduzir isso! E ele esqueceu que ele é do Governo, que ele tem que conduzir os Prefeitos e não ser conduzido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a ser decidida. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 650/91, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, apresentando a esta Casa de Leis, o relatório das atividades desenvolvidas por este Tribunal de Contas, no decorrer do 1° trimestre do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 11, 12 e 13 do corrente mês, onde estará acompanhando um grupo de empresários interessados em se instalarem na região de Guarapuava, para a criação de um grande empreendimento. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 28/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito na gleba de São Jorge, lotes 129 a 228, originariamente pertencente ao município de Altônia, para que a respectiva população decida sobre a incorporação ao município de São Jorge do Patrocínio. Com

PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 28/91

PARECER:

O presente Projeto de Resolução n° 28/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem a finalidade de autorizar a realização de plebiscito na Gleba de São Jorge, lotes 129 a 228, originariamente pertencente ao município de Altônia, para que a respectiva população decida sobre sua incorporação ao município de São Jorge do Patrocínio.

O projeto de tela atende ao disposto nos §§ 2° e 3°, do art. 19, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 140/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que dá nova redação ao Parágrafo 1° da Lei n° 7634, de 13/07/82, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 39, de 18.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 140/91

PARECER:

De autoria do Deputado Paulo Maia, o Projeto de Lei n° 140/91, objetiva dar nova redação ao § 4°, do art. 1° da Lei n° 7634, de 13.07.82, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço para os ocupantes de cargos de acumulação lícita.

O projeto ora em apreciação, está devidamente instruído e, encontra amparo constitucional nos incisos XVI e XVII da Carta Federal, razão pela qual nosso parecer é pela sua apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Se-

nhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada nós apresentamos projeto quase semelhante a este, onde tratava de incorporação do tempo de serviço para efeito de aposentadoria, aos professores detentores de um regime diferenciado de trabalho.

Este nosso projeto foi retirado inclusive por entendimento com o Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, que também vê com certa dificuldade alguns entendimentos com relação a este projeto que nós, obviamente, vamos pedir sua retirada na data de amanhã.

Mas vejam bem, este projeto visa simplesmente corrigir uma distorção que a própria lei estabelece, quando ela diz em seu artigo 4º: "em casos de acumulação de cargos, ou funções, o tempo de serviço de que trata este artigo será computado em relação a apenas um deles". Ora, se o trabalhador exerceu a sua função por oito horas, se ele adquiriu um direito de ter uma carga horária máxima de 48 horas a nível de Estado, o nosso projeto visa corrigir esta distorção. Por que contar apenas 50% de seu horário trabalhado, quando deveria contar os 100%, visto que este foi o trabalho realizado por ele? Ele não está pedindo, neste projeto, nada mais do que justiça a um trabalho executado, exercido, e que a Lei, ao ser aprovada anteriormente, proibia este dispositivo. Estamos procurando fazer o entendimento e mostrar com a maior clareza possível, que a nossa intenção é simplesmente tentar corrigir uma distorção por um direito adquirido anteriormente pelo trabalhador que obedece as normas legislativas impostas pelas leis do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, estivemos conversando com o Deputado Paulo Maia porque entendíamos necessária a retirada do Projeto para discuti-lo melhor, ou votar contrariamente ao mesmo, porque entendemos que o projeto, embora assim não entendesse a Comissão de Constituição e Justiça, tem indícios de inconstitucionalidade. O artigo 66 da Constituição estabelece:

"Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

Acredito que este artigo diz tudo. Mas, tendo em vista a disposição do Deputado Paulo Maia que acata nossa solicitação e a partir de amanhã retira o projeto da Ordem do Dia para que possamos esclarecer melhor esta possibilidade de vício de origem, daremos a aprovação hoje e amanhã ele deverá ser retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 162/91, de autoria do Deputado MÁRIO BEZERRA, que declara de Utilidade Pública a "CLÍNICA MÉDICO SOCIAL RURAL DE MANDAGUARI". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 07.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 162/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Mário Bezerra, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Clínica Médico Social e Rural de Mandaguari".

Ao proceder-se o exame da iniciativa legislativa em tela, notamos a perfeita consonância com o que dispõe a Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1.978 que dita normas para a declaração de Utilidade Pública, cumprindo a entidade com os requisitos necessários, ou sejam:

I - Personalidade jurídica há mais de um ano;

II - Efetivo exercício;

III - Diretoria não remunerada;

IV - promoção de assistência social.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da matéria, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual, estando o Projeto em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa.

É o parecer, salvo o melhor juízo.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 168/91, de autoria do Deputado JOSÉ ARTUR RITTI, que declara de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paulo, com sede no município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 168/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Artur Ritti, o Projeto de Lei n° 168/91, visa declarar de Utilidade Pública a "Casa de Caridade São Vicente de Paulo", com sede e foro no município de Joaquim Távora.

O projeto se encontra devidamente instruído, preenche todos os requisitos da lei 6994, de 10.01.78, razão pela qual opinamos pela sua tramitação normal nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
OVIDIO CONSTANTINO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 174/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no município de São Tomé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 51, de 13.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 174/91

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria no nobre Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, ora sendo examinado por esta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São Tomé, Estado do Paraná.

A supracitada entidade, atende plenamente o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, a qual define em seu texto as normas para as entidades que pretendem tal benefício.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razão pela qual emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
JOSÉ TAVARES
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 177/91, de autoria do Deputado ÉLIO RUSCH, que altera o artigo 1° da Lei n° 9.299, de 18/06/90, que criou "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Pato Bragado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 52, de 14.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 177/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Élio Rusch, objetiva alterar o artigo 1° da Lei n° 9.299, de 18.06.90, que criou "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Pato Bragado.

Constatado vício de conteúdo na lei original pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, comunicado a esta Assembléia através do ofício DGC/DETRE n° 017/91, por haverem dissentimentos no traçado do polígono definidor dos limites do Município criado pela Lei n° 9.299, o autor através da iniciativa legislativa em exame, sana o vício.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
VALDIR ROSSONI
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 178/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., do município de Santa Cruz do Monte Castelo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 52, de 14.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 178/91

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Nilton Barbosa, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I.", do Município de Santa Cruz do

Monte Castelo.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 183/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA - COCEC", com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 15.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 183/91

AUTOR: Deputado CARLOS SIMÕES

P A R E C E R:

I - Propõe o nobre Parlamentar, projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba-COCEC, com sede e foro no município de Curitiba.

II - Procedida à análise legal, o presente projeto atende os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1.978, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental na Proposição em tela, opina favoravelmente.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 184/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que autoriza a implantação de terminais de computadores em Postos Fiscais da Secretaria de Estado das Finanças, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 15.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, terça, em 11.06.91

PROJETO DE LEI Nº 184/91

P A R E C E R:

PROTOCOLO: nº 4545/91

AUTOR : Deputado João Falavinha Iensen

SÚMULA : Autoriza implantação de terminais de computadores em postos fiscais da Secretaria de Estado das Finanças.

Propõe o autor, Deputado João F. Iensen, que autoriza o Poder Executivo, através de sua Secretaria de Finanças, a implantar nos postos fiscais nas vias de acesso ao nosso Estado, um sistema de computadores, interligados a uma central na própria Secretaria de Finanças.

Em sua justificativa, lembra que é pretensão do atual Governador Roberto Requião o aumento da receita fiscal do Estado, e esta melhoria nos postos fiscais provocará igualmente aumento da receita tributária.

Os gastos para este serviço serão cobertos com recursos provocados pelo excesso da arrecadação.

Trata-se de projeto de lei autorizatório, em nada ferindo os dispositivos constitucional e regimental, razão que nos leva a recomendar sua aprovação e consequente apreciação em plenário, antes ouvindo, ainda, a Comissão de Finanças.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 184/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado João Iensen, tem por finalidade autorizar a implantação de terminais de computadores em Postos Fiscais da Secretaria de Estado das Finanças, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 188/91, de autoria do Deputado GERALDO

CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública o "Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54, de 16.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 188/91

AUTOR: Deputado GERALDO CARTÁRIO

P A R E C E R:

I - Propõe o nobre Parlamentar, projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, com sede e foro nesta Capital.

II - Procedida à análise legal, o presente Projeto atende os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1.978, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental na proposição em tela, opina favoravelmente.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 192/91, de autoria do Deputado MÁRIO BEZERRA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, de Japurá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 55, de 20.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 192/91

P A R E C E R:

PROTOCOLO: n° 4685/91

AUTOR : Deputado Mário Bezerra

SÚMULA : Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Japurá".

O autor fez a juntada de toda a documentação legal e necessária, comprovando tratar-se de entidade que atende as famílias e amigos dos excepcionais, na cidade de Japurá.

Cumpre todos os requisitos legais e somos favoráveis à sua apreciação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 1364, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1384, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1404, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Nós não estamos ouvindo, se for possível aproximar o microfone eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não está ouvindo?

Vou procurar ser audível.

É essa a expressão, Deputado Rafael Greca?

Requerimentos de n°s 1400 e 1401, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1390, 1393 a 1395 e 1397 a 1399, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1402, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1403, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1405 e 1406, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1407 e 1408, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1415, 1412, 1413, 1411, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1416, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1417 e 1418, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1419, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Oficie-se na forma de apelo.

Requerimento de n° 1420, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Paulo Maia, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constantes do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1421, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

(Lê): "Para quem não sabe aonde quer ir, pouco importa o caminho que vai tomar."

O velho jargão popular faz-se cada vez mais atual em relação ao Paraná. Perplexo ante a magnitude dos problemas que lhe apresentam, o Governo do nosso Estado tem-se mostrado indeciso face a premência para tomar decisões que vão determinar a consecução de não se sabe quais objetivos. Assim, aparentemente, qualquer caminho a tomar ser-lhe-á, "a priori", indiferente, podendo com isso causar sérios danos à economia e à sociedade paranaense.

É conhecida de todos a pesquisa que aponta um sensível decréscimo do PIB do Paraná em 1990 (6,56%). O que teria levado a nossa economia a sofrer queda maior que a do Brasil como um todo (4,6%)? A resposta está na mesma pesquisa: enquanto o setor industrial caiu 4,8%, a agropecuária despencou 9,71%. Sabemos todos que o setor agropecuario é ainda de extrema importância para a nossa economia, o que explica tal fenômeno.

A História tem sido a grande mestra da humanidade e ela nos ensina que quem não define com clareza seus objetivos jamais adotará estratégias eficientes para alcançar seus fins. Por outro lado aprendemos também com ela que aqueles que não evoluem, regredem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós fomos eleitos pelo povo para zelar pelos interesses da sociedade e a nós também cabe uma parcela de responsabilidade na definição de objetivos e estratégias

para a consecução do bem-estar social. Se sabemos aonde queremos chegar, devemos apontar os caminhos.

Está na hora de o Paraná fazer uma opção histórica: a industrialização. Sem renegar seu passado agrícola, urge avançar um passo. E isto pode ser induzido pelo poder público, a quem cabe, em última análise, a responsabilidade de promover o desenvolvimento como meio de busca do bem-estar social. E nós entendemos que isto só será possível, no momento em que aqueles que produzem a riqueza dela se beneficiem. Para que o Paraná seja pinçado da periferia econômica e a sociedade paranaense viva melhor, é necessário que se avance no processo produtivo, que se agregue mais valor na atividade produtiva, que se faça a riqueza aqui produzida multiplicar-se. Há que se optar por esta nova estrutura de produção que não pára no fornecimento de matérias-primas, mas avança para a industrialização.

Para que estas mudanças se concretizem, é necessário criarem-se condições para a implantação de novos projetos no Estado. O Governador do Paraná tem afirmado reiteradas vezes que aqui existe toda infraestrutura, sendo supérfluo conceder incentivos outros. No que tange a energia, água, transporte, comunicação, podemos até concordar. Mas e o suporte técnico-financeiro?

É sabido que o desenvolvimento está intimamente ligado à implantação de grandes projetos de maturação lenta e retorno reduzido. O empresário arrisca, mas espera e a sociedade também que o setor público assuma a sua tarefa, dando suporte técnico e financeiro para tais projetos que não atraem os bancos comerciais e privados a quem interessa, por filosofia, o lucro maior com o menor risco e no prazo mais curto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vale ressaltar que a nova ordem econômica internacional é juntar forças para fortalecer ações que busquem a integração que facilitará a consecução de objetivos comuns. Neste contexto, a Região Sul tem uma oportunidade histórica de influir nas decisões que envolvem a criação do MERCOSUL. Isto, porém, só será possível se os três Estados se unirem, para fazerem valer os seus direitos. Perdida a oportunidade e andando na contramão da História, continuaremos sendo meros expectadores desunidos, bairristas, espoliados, tripudiados e impotentes. Alguém de nós quer isto para seus filhos?

A integração do Sul do Brasil não pode prescindir de uma instituição que sempre empunhou esta bandeira, desde o momento em que, há 30 anos, os Governadores do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul,

num gesto de rara lucidez, deram-se as mãos.

Criado em 1961, o BRDE vive, há dois anos, o drama de uma instituição séria que sabe quanto pode ser útil e só não o está sendo por falta de uma definição política. Nós convivemos com esse Banco desde o início da liquidação e sabemos que ele é o instrumento que os nossos governantes vêm procurando, sem saber que ele existe e está ao alcance das mãos.

Aqueles que ainda não conhecem o BRDE sugiro que se detenham um pouco mais sobre a Instituição, cabendo aqui um apelo especial ao Líder do Governo nesta Casa: É necessário mostrar a Sua Excelência o Governador que, face aos grandes problemas que o Estado atravessa, o caso BRDE é relativamente pequeno, podendo, porém representar uma grande solução para o grande desafio; o desenvolvimento do Estado.

Senão vejamos:

- Por ser uma instituição regional, o BRDE é o elo de união entre os Estados, o que os fortalece;

- Ele é hoje uma instituição financeira privilegiada, com todas as pendências equacionadas, exceto a definição política e as dela dependentes;

- A partir do momento em que voltar a operar, ele poderá carrear para a Região mais de Cr\$ 500,00 bilhões e com um detalhe altamente positivo: por ser um banco só, o Estado que eventualmente tenha dificuldades de repasses poderá beneficiar-se da capacidade global do Banco;

- O BRDE tem experiência de quase 30 anos de atuação em desenvolvimento e sua vocação é social, apresentando significativas vantagens sobre uma simples carteira de fomento em banco comercial, uma vez que este, pela filosofia que lhe é inerente, irá sempre privilegiar operações de maior lucro certo e rápido em detrimento daquelas de cunho social, de maturação lenta.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, ao Governador Requião cabe a responsabilidade de tomar sobre o BRDE. Sabemos que, no último dia 7 de junho, os Secretários da Fazenda dos três Estados reuniram-se e decidiram apoiar a tese de promover a participação da União do BRDE. No próximo dia 12, amanhã, os três Governadores promoverão a reunião do CODESUL, onde será definido o futuro do BRDE. Vamos dar a nossa parcela. Vamos assessorar o Governador, mostrar-lhe alternativas, alterá-lo sobre as implicações que advirão para a economia do Paraná sem um banco de desenvolvimento.

Nós sabemos que o Paraná tem de optar pela industrialização para o que tem de trazer de volta pelo menos parte das riquezas que aqui são levadas. E o BRDE poderá fazer isto como já o fez, enquanto pôde atuar. Até 1989, foram 9 bilhões de

dólares que a região investiu através do BRDE.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, diante de tudo isto, não podemos ficar indiferentes. Não vamos esperar que os acontecimentos se desenrolem à nossa revelia. Vamos escrever a nossa própria história que nos interessa a nós e nossos filhos."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fazemos um apelo ao Líder do Governo nesta Casa para que faça chegar até o Governador e até o Secretário de Finanças ainda em tempo, já que, se depender do trâmite normal da Mesa, só chegará provavelmente dentro de 2 ou 3 dias. Farei a entrega às mãos do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, deste apelo que eu faço ao Secretário de Finanças para que se analise ainda, com muito cuidado, com muita atenção a situação do BRDE.

O próprio Presidente do BANESTADO fala que a liquidação do BADEP foi uma decisão inconveniente. Quer dizer, o próprio Governo já admite que tomou uma decisão precipitada em relação ao BADEP.

Governador Requião vai a Brasília e fala: "de saco roxo Governador reclama do BNDES a Collor". E o Deputado Nelson Justus, ainda aqui nesta semana, fez um brilhante pronunciamento a respeito da situação do BADEP.

Por isso, nós pedimos mais uma vez e apelamos à Bancada do PMDB e ao seu Líder que solicite junto ao Governador uma análise, um estudo mais aprofundado com relação à situação do BRDE. Não podemos perder, já cansei de falar nesta tribuna, já participei de comissão que esteve em Brasília discutindo a situação do BRDE: o Paraná não pode perder dois bancos de fomento, trocando por uma carteira dentro do Banco do Estado do Paraná que, como já disse, vai ter muito mais interesse em agilizar operações comerciais do que propriamente as operações de apoio à agricultura, de apoio à industrialização e outros apoios mais.

Por isso, o apelo que nós fazemos, ainda às vésperas de uma decisão que nós acreditamos ainda possa ser para o bem do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. - Aprovado.

Requerimentos n°s 1351 e 1352, de autoria do Sr. Deputado José Arthur Ritti, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1386 e 1377, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1378, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1385, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo à Mesa, sobre a situação do Hospital Regional de Cascavel, que atende 52 municípios, em torno de 1 milhão de habitantes, que está sendo desativado gradativamente. Praticamente já 50% dos seus 500 leitos estão desativados.

Então, faço um apelo à Mesa para que se encaminhe esse requerimento com a máxima urgência ao Sr. Secretário, para que ele tome as providências necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar com a devida urgência.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para esclarecimento a este Plenário, nós queremos informar ao Deputado Pudell e aos demais que, acerca desse assunto, nós temos conversado com o Secretário de Saúde já há alguns dias, e hoje o Deputado Tavares nos participa que esteve conversando com o Secretário, porque idênticos problemas temos em outras regiões, como é o caso de Londrina, onde também um grande número de servidores estão trabalhando na forma de contratos temporários. Talvez o de Cascavel seja o maior problema, onde, de 248, 207 são trabalhadores com contratos temporários.

Exemplo disso, nós temos na Regional de Saúde de Ivaiporã, e eles estão tomando as providências que a legislação permite e aquelas que o momento propicia de serem tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado.

Requerimento n° 1365, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1367, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Retirado pelo autor.

Requerimento n° 1383, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Curitiba, terça, em 11.06.91

Após o encerramento da sessão, há um pedido do Sr. Deputado Ovídio Constantino.

Concederemos a palavra ao Sr. Murilo Mileu, Presidente do Sindicato das Empresas de Assessoramento Periciais, Informação e Pesquisa de Curitiba.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 28/91, e dos Projetos de Lei n°s 140, 162, 168, 174, 177, 178, 183, 184, 188 e 192/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1991

CARTA DO SEMINÁRIO

"REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - URGENTE"

Aos dez dias do mês de maio de 1991, sob a coordenação do Deputado Estadual Neivo Beraldin, realizou-se nesta Casa de Leis, no Pequeno Auditório Deputado Luiz Gabriel Sampaio, um evento denominado "Seminário da Região Metropolitana de Curitiba - URGENTE!", que contou com a colaboração efetiva do Deputado Estadual Nelson Justus, como coordenador do Grupo de Trabalho de: abastecimento de água, reserva de mananciais, sistemas de esgotos, lixo, planejamento do uso e ocupação do solo, controle do meio ambiente; do Deputado Estadual Cleiton Kielse, como coordenador do Grupo de trabalho de: zoneamento industrial, poluição, promoção e geração de emprego em setores prioritários, abastecimento alimentar; do Deputado Estadual Geraldo Cartário como Coordenador do Grupo de Trabalho de: infra-estrutura e transportes; do Deputado Estadual Algaci Túlio, como coordenador do Grupo de Trabalho de: habitação, segurança pública, saúde, educação e também contou com a cooperação efetiva das prefeituras da RMC e de representantes de vários órgãos públicos, de entidades acadêmicas, da iniciativa privada e da comunidade em geral e após debates e considerações no objetivo de garantir a qualidade de vida dos atuais e futuros cidadãos da Região Metropolitana de Curitiba, RESOLVEM RECOMENDAR:

1.0 - Sugestões do GRUPO DE TRABALHO A, referente a: Abastecimento de água, reservas de mananciais, sistemas de esgotos,

lixo, planejamento do uso e ocupação do solo, controle do meio ambiente.

1.1 - Criar Comissão Política Permanente composta de Deputados, Prefeitos e Vereadores;

1.2 - Definir política de prioridade para alocação de recursos em obras;

1.3 - Propor alterações orçamentárias;

1.4 - Propor projetos de lei que viabilizem projetos metropolitanos;

1.5 - Propor sugestões aos Poderes Executivos Estadual e Municipal;

1.6 - Envio ao Governador do Estado, em 15 dias, de recomendações concretas sobre ações e obras emergenciais na região metropolitana.

2.0 - Sugestões do GRUPO DE TRABALHO 3, referente a: Zoneamento industrial, poluição, promoção e geração de emprego em setores prioritários, abastecimento alimentar.

2.1 - A instalação de novas indústrias em áreas que dois ou mais municípios se confrontem, deverá ser objetivo de análise dos municípios interessados e dos órgãos de assessoramento e planejamento aos municípios;

2.2. - Revitalização da COMEC para que possa cumprir o seu papel, com a seguinte estrutura:

a) - Conselho de Prefeitos que fixaria as políticas e estratégias de desenvolvimento regional;

b) - Conselho Técnico que faria todo o estudo de viabilidades das propostas e levantamento das vocações municipais;

2.3. - Com a extinção do BADMP e a criação de uma carteira de fomento ao desenvolvimento econômico controlado pelo BANERJADO, que haja a efetiva atuação do Banco do Estado como agência de desenvolvimento;

2.4. - A busca de alternativas de desenvolvimento para que as regiões que apresentem restrições com áreas de preservação ambiental possam oferecer condições mais dignas de vida às suas populações;

2.5. - A retomada dos investimentos na área de infra-estrutura viária da região metropolitana; como por exemplo os contornos Norte-Sul;

2.6. - Incentivar a implantação de agroindústrias de pequeno porte;

2.7. - Incentivo à produção de hortifrutigrangeiros e a preservação e revitalização da Baía Leiteira, ora em processo de extinção;

2.8. - Urgência no processo de reativação da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio;

2.9. - Descentralização de áreas industriais, com implantação de indústrias não nocivas, compatibilizando-se suas ocupações com áreas residenciais.

2.10. - Implantação do cal natural canalizado.

3.0. - Sugestões do Grupo de Trabalho C, referente a: Infra-estrutura e transportes.

3.1. - TRANSPORTES:

3.1.1. - Medidas de Caráter Geral:

a) - Que se atue mais no planejamento das atividades urbanas na Região Metropolitana de Curitiba, com o objetivo de reduzir a necessidade de deslocamento de pessoas e cargas, reduzindo assim as demandas sobre o sistema de transporte público e o tempo gasto pelos usuários em seus deslocamentos;

b) - Racionalizar o Sistema Metropolitano de Transportes de Passageiros através da integração aos corredores de transporte de Curitiba;

c) - Que se estude as diversas alternativas existentes, um modelo de unificação gerencial para o Sistema Metropolitano de Transportes de Passageiros.

3.1.2. - Medidas de caráter específico para implantação a curto prazo:

a) - Que seja montado um regulamento próprio para as linhas intermunicipais de caráter urbano na Região Metropolitana de Curitiba;

b) - Que seja criado um Conselho de Transporte na Região Metropolitana de Curitiba, de modo a garantir a participação da comunidade na gestão do transporte coletivo de passageiros;

c) - Que as linhas metropolitanas com contratos vencidos sejam administrados dentro do regime de Permissão ou Autorização, até serem definidos os novos modelos operacionais e institucionais para a gestão do transporte público de passageiros na região metropolitana de Curitiba;

d) - Que os aumentos tarifários não sejam superiores à inflação oficial;

e) - Que se estude como uma das alternativas a transformação da maioria das linhas metropolitanas em linhas urbanas, integrando-as ao transporte urbano de Curitiba;

f) - Que a necessidade de deslocamento de passageiros entre municípios da RMC sejam atendidas através da criação de linhas regionais;

g) - Que seja estabelecida a isenção de passagem pelo usuário quando a transportadora não tiver lucro;

h) - Que sejam adotados mecanismos de fiscalização do transporte coletivo metropolitano pelas associações de moradores, com competência para atuação das empresas operadoras;

i) - Que o órgão gestor do sistema de transporte metropolitano efetue auditorias

permanentes com a finalidade de estabelecer critérios mais justos e corretos para o cálculo tarifário;

j) - Que sejam revistos os critérios de lotação máxima dos veículos, objetivando reduzir as taxas de ocupação de viagens para a obtenção de um melhor nível de conforto e humanidade no transporte do usuário;

k) - Que a fiscalização seja mais rigorosa quanto aos seguintes pontos: cumprimento da tabela de horários; Limpeza dos veículos ao final de cada viagem; Comportamento de motorista e cobradores com os usuários;

l) - Que as empresas realizem, obrigatoriamente, uma reciclagem junto a motoristas e cobradores, através do provimento de cursos, tais como: relações interpessoais, Psicologia, Direção Defensiva e outros;

m) - Que se estude a possibilidade no fornecimento de passes-livres para os estudantes do primeiro grau e de redução da tarifa em 50% para os estudantes de segundo grau, sem que isso incorra em ônus para os demais usuários;

n) - Que seja melhorado o nível de comunicação aos usuários para que esse possa ter maiores conhecimentos do nível da operação do sistema;

o) - Que seja estudada uma maneira menos constrangedora de operacionalizar a gratuidade para aposentados nos transportes coletivos.

3.2. - INFRA-ESTRUTURA:

3.2.1. - Que sejam implantadas as infra-estruturas definidas em estudos e projetos existentes, priorizando-se as já iniciadas, tais como: Contorno Leste, Contorno Norte;

3.2.2. - Que seja definida a elaboração de novos estudos objetivando detectar as demandas atuais e futuras de infra-estruturas urbanas e regionais;

3.2.3. - Que sejam retomados os programas de investimentos em infra-estrutura para a RMC, hoje totalmente paralisados;

3.2.4. - Que a COMEC retome a função de planejadora e gerenciadora dos programas de investimentos para a RMC;

3.2.5. - Que as concessionárias de serviços públicos (SANEPAR e COPEL) procurem socializar suas atividades, de modo que os serviços por elas fornecidos não estejam ao alcance apenas daqueles com maior poder aquisitivo;

3.2.6. - Que sejam viabilizados financiamentos para o setor de saneamento básico, prioritariamente em áreas de baixa renda.

4.0. - Sugestões do Grupo de Trabalho D, referente a: Educação, Saúde, Segurança

Pública e Habitação.

4.1. - EDUCAÇÃO

a) - Educação não pode ser discutida dissociadamente de outros problemas relativos a infra-estrutura. A determinação social de cada indivíduo deve ser considerada;

b) - constituição de um grupo, com apoio da SEED, para estudar, fundamentar e dar apoio técnico, político, administrativo e pedagógico, para a municipalização progressiva;

c) criação de FUNDOS de MUNICIPALIZAÇÃO do ENSINO, alocando excedentes do orçamento;

d) - que os convênios para contratação de Professores, não tenha atrasos e inadiplências por parte do Estado;

e) - estímulo à criação e estruturação de Clube de Ciências, Letras e Artes, visando envolver estudantes em sistemas de monitoria e similares;

f) - apoio à prática de leitura, democratização do acesso das populações ao saber contido nas publicações, com o suporte da Biblioteca Pública do Paraná;

g) estabelecimento de convênios com as Universidades, visando apoio para a modificação da realidade social das populações mais carentes da RMC;

h) - intensificação da proposta de esportes e turismo do Governo do Estado para a RMC, inclusive esporte amador e desenvolvimento físico-escolar;

i) - envolver Estados, Municípios e iniciativa privada na promoção da RMC;

j) - atuação conjunta do Estado e Municípios para aperfeiçoamento do magistério e pessoal técnico da educação;

k) - desenvolvimento e apoio à educação ambiental;

l) - necessidade do Município atuar na revitalização da qualidade de educação pública, gratuita, universal e democrática;

m) - incentivar a participação das associações, entidades e clubes de serviços na solução dos problemas da educação.

4.2. - TURISMO

a) - Iniciar a definição de um plano diretor metropolitano turístico, em função das características próprias dos municípios, seguindo as políticas municipais, estaduais e nacionais de desenvolvimento da atividade turística;

b) - Inventariar os recursos naturais, históricos, geográficos, culturais, técnicos e de especial interesse;

c) - Efetuar estudos preliminares para definição dos projetos básicos a serem implantados junto aos atrativos pela ação

pública e privada;

d) - Integrar os atrativos, estabelecendo roteiro turístico metropolitano;

e) - Definir um calendário de eventos metropolitanos para distribuição anual das festividades, comemorações a níveis municipais regionais e internacionais;

f) - Preparar material educativo para iniciar, nas escolas, o ensino de noções básicas da atividades turísticas;

g) - Efetuar estudos técnicos para confecção de folhetos e campanhas de promoção turística dos municípios e da Região Metropolitana.

4.3. - SAÚDE

a) - Adequar as ações de saúde na RMC, dentro da conjuntura social da região.

b) - Ações políticas na área de saúde que dêem respostas imediatas às necessidades da região, entendimento das finalidades do SUS e do processo de municipalização da saúde;

c) - Criação de uma comissão técnica para discutir, planejar e apontar caminhos.

4.4. SEGURANÇA

a) - Polícia Militar: é urgente o aumento de seu efetivo no Batalhão Metropolitano para um policiamento mais ostensivo.

* - Módulos policiais em pontos estratégicos.

* - Destacamentos do Corpo de Bombeiros descentralizados.

b) - Polícia Civil: Delegacias de Polícias adequadas ao novo contexto social.

* - Delegados de Polícia de Carreira para as Delegacias;

* - Viaturas policiais atualizadas;

* - Distritos policiais nas áreas de maior concentração populacional;

* - Designação de mais escrivães e agentes de Segurança;

* - Melhoria qualitativa da estrutura administrativa.

c) - Viaturas - Motos para polícia.

4.5. - HABITAÇÃO

a) - Política de Terras:

* Providenciar o cadastramento de áreas com potencial para habitação populares - vazios urbanos e áreas para expansão urbana, para orientar as políticas globais de investimentos;

* - Formar estoques estratégicos de áreas para habitação;

* - Criar incentivos à utilização das áreas de propriedades da iniciativa privada de modo a aumentar a oferta.

b) - Política de Recursos:

* - Captação de recursos federais aos órgãos federais e estaduais responsáveis, para a implantação de programas de saneamento e habitação;

* - Criação de fundos estaduais e municipais para complementar os recursos destinados aos programas;

* - Incentivar a iniciativa privada no uso dos recursos privados nos programas de baixa renda.

c) - Política Institucional:

* - Integrar a política habitacional às demais políticas a fim de otimizar os recursos e possibilitar a oferta de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais adequados à habitação.

d) - Política de Fomento à Produção:

* - Incentivar a pesquisa de novos materiais visando o aprimoramento da infra-estrutura e construção das moradias;

* - Apoiar financeiramente a fabricação de materiais alternativos e tradicionais comumente usados na habitação popular.

e) - Política de Apoio Técnico aos Programas:

* - Alteração e ou adaptação das legislações existentes (uso do solo, loteamento, etc...) a fim de facilitar a implantação dos programas;

* - Agilização na tramitação e aprovação dos projetos vinculados à habitação popular;

* - Considerar uma visão integrada do projeto habitacional de modo a compatibilizar a habitação e seu entorno;

* - Conjuguar soluções alternativas e progressivas de saneamento básico, harmonizada ao projeto habitacional.

f) - Política de Apoio às Ações Comunitárias:

* - Considerar as comunidades organizadas na solução da habitação, apoiando suas iniciativas no campo social;

* - Considerar o potencial de auto-gestão das comunidades na implantação dos programas habitacionais.

9 - OUTRAS SUGESTOES:

* - Sugerir soluções para o Governo Federal e estadual responsáveis pelas áreas de origem dos problemas nela gerados;

* - Definir os critérios de metropolização e competência do Estado e dos Municípios nas questões metropolitanas;

* - Que o Estado dispenda um terço de

seus recursos para o atendimento à RMC.

Região Metropolitana de Curitiba,
10.05.91.

Relatores:

ALBANOR JOSÉ FERREIRA GOMES

Prefeito de Araucária

FRANCISCO RUALDO CLAUDINO

Prefeito de Mandirituba

AFFONSO PORTUGAL GUIMARAES

Prefeito de Campo Largo

LUIZ CASSIANO DE CASTRO FERNANDES

Prefeito de Piraquara

Presidentes de Grupo de Trabalho:

ALGACI TÚLIO

Deputado Estadual

GERALDO CARTÁRIO

Deputado Estadual

CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

Deputado Estadual

NELSON JUSTUS

Deputado Estadual

NEIVO BERALDIN

Deputado Estadual

Coordenador do Seminário

DECLARAÇÃO

Sobre a Soberania de Estado da Ucrânia

O Parlamento (Soviete Supremo) da RSS (República Socialista Soviética) da Ucrânia, expressando a vontade do povo da Ucrânia, almejando criar uma sociedade democrática, partindo das necessidades de assegurar integralmente os direitos e as liberdades humanas, respeitando os direitos nacionais de todas as nações, zelando pelo desenvolvimento integral político, econômico, social e espiritual do povo da Ucrânia, reconhecendo ser imprescindível a instituição de um estado de direito, visando consolidar a soberania e a autonomia do povo da Ucrânia,

PROCLAMA

a soberania de estado da Ucrânia como supremacia, autonomia, plenitude e indivisibilidade do poder da República nos limites de seu território, bem como, independência e igualdade de direitos nas relações externas.

I - AUTODETERMINAÇÃO DA NAÇÃO UCRANIANA

A RSS da Ucrânia como estado nacional soberano desenvolve-se dentro das fronteiras vigentes, tendo como base a realização pela nação ucraniana do seu inegável direito à autodeterminação.

Curitiba, terça, em 11.06.91

A RSS da Ucrânia realiza a garantia e a proteção do estado nacional do povo ucraniano.

Serão combatidas em base à lei quaisquer ações oriundas de partidos políticos, organizações civis, demais agrupamentos ou pessoa isolada, que atentem de forma violenta contra o estado nacional da Ucrânia.

II - O PODER DO POVO

Os cidadãos da República, de todas as nacionalidades, constituem o povo da Ucrânia.

O povo da Ucrânia é a única fonte do poder estatal da República.

O pleno poder do povo da Ucrânia realiza-se em base à Constituição da República tanto imediatamente, como através dos deputados do povo, eleitos para o parlamento e conselhos locais da RSS da Ucrânia.

Exclusivamente o parlamento pode agir em nome de todo o povo. Nenhum partido político, organização civil, outros agrupamentos ou pessoa isolada podem agir em nome de todo o povo da Ucrânia.

III - O PODER DO ESTADO

A RSS da Ucrânia é autônoma na decisão sobre quaisquer questões de sua vida estatal.

A RSS da Ucrânia assegura a supremacia da Constituição e das leis de República no seu território. O poder do Estado da República realiza-se segundo o princípio de sua divisão em legislativo, executivo e judiciário.

A vigilância suprema sobre o cumprimento exato e igualitário das leis realiza-se através do Procurador Geral da RSS da Ucrânia, que vem indicado pelo Parlamento da RSS Ucrânia, respondendo perante este e só a esse devendo prestar contas.

IV - CIDADANIA DA RSS DA UCRÂNIA

A RSS da Ucrânia possui sua cidadania e garante a cada cidadão o direito de manter a cidadania da URSS.

O fundamentos para a aquisição e perda da cidadania da RSS da Ucrânia são determinados pela lei da RSS da Ucrânia sobre a cidadania.

A todos os cidadãos da RSS da Ucrânia são garantidos os direitos e as liberdades que estão previstos pela Constituição da RSS da Ucrânia e pelas normas de direito intermunicipal reconhecidas pela RSS da Ucrânia.

A RSS da Ucrânia garante a igualdade perante a lei a todos os cidadãos da República, independentemente da origem, estado social e patrimonial raça e naciona-

lidade, sexo, instrução, língua, concepções políticas, convicções religiosas, gênero e caráter de ocupações, local de residência e outras circunstâncias.

A RSS da Ucrânia regulamenta os processos de emigração.

A RSS da Ucrânia manifesta a sua preocupação e toma providências referentes à proteção e defesa dos interesses dos cidadãos da Ucrânia, que residem além das fronteiras da República.

V - SOBERANIA TERRITORIAL

A RSS da Ucrânia realiza a soberania em todo seu território.

O território da RSS da Ucrânia nas fronteiras vigentes é inviolável e não pode ser modificado ou utilizado sem a sua concordância.

A RSS da Ucrânia determina automaticamente a forma administrativo-territorial da República, bem como as normas para a criação de unidades administrativas nacionais.

IV - AUTONOMIA ECONÔMICA

A RSS da Ucrânia determina autonomamente o seu "Status" econômico e o consolidada com leis.

Só o povo da Ucrânia tem o direito de possuir, utilizar-se e dispor da riqueza nacional da Ucrânia.

O solo, seu subsolo, o espaço aéreo, os recursos hídricos e demais recursos naturais, que encontram-se dentro dos limites territoriais da RSS da Ucrânia, os recursos naturais da sua superfície continental, a zona econômica exclusiva/marítima, todo o potencial econômico e técnico-científico criado no território da Ucrânia são propriedades do seu povo, base material da soberania da República e são utilizados para satisfazer as necessidades materiais e espiritual de sua comunidade.

A RSS da Ucrânia tem direito à sua parte na riqueza comum soviética, especialmente nos fundos comuns soviéticos de diamantes e monetário e no lastro de ouro, riqueza esta criada graças ao trabalho do povo da República.

A solução das questões da propriedade da comunidade soviética/propriedade conjunta de todas as repúblicas, realiza-se na base de acordos entre as repúblicas - sujeitos dessa propriedade.

Empresas, instituições, organizações e objetos de outros estados e de seus cidadãos, de organizações internacionais, podem localizar-se no território da RSS da Ucrânia e utilizar-se dos recursos naturais da Ucrânia de acordo com as leis da RSS da Ucrânia.

A RSS da Ucrânia cria autonomamente um

sistema bancário/incluindo um banco econômico externo, de preços, financeiro, alfandegário, sistema de impostos, forma de orçamento estatal, e caso seja imprescindível implanta sua própria unidade monetária.

A instituição superior de crédito na RSS da Ucrânia é o Banco Nacional da Ucrânia, que presta contas ao Parlamento da RSS da Ucrânia.

As empresas, instituições, organizações e unidades fabris situadas no território da RSS da Ucrânia efetuam pagamento pelo uso do solo, demais recursos naturais e de mão-de-obra, deduções dos lucros monetários, como também pagam impostos para os orçamentos locais. A RSS da Ucrânia assegura a proteção a todas as formas de propriedade.

VII - SEGURANÇA ECOLÓGICA

A RSS da Ucrânia fixa autonomamente o ordenamento da organização da proteção da natureza no território da República, bem como ordenamento da utilização dos recursos naturais.

A RSS da Ucrânia possui sua comissão nacional de proteção da população contra a radiação.

A RSS da Ucrânia tem o direito de proibir a construção e de fazer cessar o funcionamento de quaisquer empresas, instituições, organizações e outros objetos que causam risco à segurança ecológica.

A RSS da Ucrânia zela pela segurança ecológica dos cidadãos, pela herança genética do povo, da sua geração jovem.

A RSS da Ucrânia tem direito de indenização por danos causados à ecologia da Ucrânia por ações de órgãos soviéticos.

VIII - DESENVOLVIMENTO CULTURAL

A RSS da Ucrânia é autônoma na tomada de posições nas questões da ciência, ensino, desenvolvimento cultural e espiritual da nação ucraniana, garante a todas as nacionalidades que vivem no território da República o direito para seu livre desenvolvimento cultural e nacional.

A RSS da Ucrânia assegura o renascimento cultural e nacional do povo ucraniano, de sua consciência histórica e tradições, peculiaridades nacionais e etnográficas, o uso de idioma ucraniano em todas as esferas da vida social.

A RSS da Ucrânia manifesta-se preocupada em satisfazer as necessidades nacionais e culturais, espirituais e lingüísticas dos ucranianos que vivem além das fronteiras da República.

Os valores, culturais e históricos existentes no território da RSS da Ucrânia

são propriedades exclusivas do povo da República.

A RSS da Ucrânia tem direito à devolução para a posse do povo da Ucrânia dos valores nacionais, culturais e históricos, que encontram-se além das fronteiras da RSS da Ucrânia.

IX - SEGURANÇA EXTERNA E INTERNA

A RSS da Ucrânia tem direito às próprias Forças Armadas.

A RSS da Ucrânia tem os próprios exércitos internos e órgãos de segurança do Estado, subordinados ao Parlamento da RSS da Ucrânia.

A RSS da Ucrânia determina a forma de prestação do serviço militar pelos cidadãos da República.

Os cidadãos da RSS da Ucrânia, como norma, prestam efetivamente o serviço militar no território da República e não podem ser empregados em ações militares além de suas fronteiras sem a concordância do Parlamento da RSS da Ucrânia.

A RSS da Ucrânia proclama solenemente sua intenção de tornar-se no futuro em caráter permanente um estado neutro, que não participa de blocos militares e cumpre os três princípios da não-proliferação nuclear; não aceitar, não fabricar e não adquirir armas nucleares.

X - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A RSS da Ucrânia como sujeito do direito internacional, mantém relações diretas, com outros estados, celebra acordos com eles, mantém mútuas representações diplomáticas, consulares e comerciais, participa das atividades de organizações internacionais no âmbito imprescindível para a defesa efetiva dos interesses nacionais da república nas esferas políticas econômica, ecológica, de informações, científica, técnica, cultural e esportiva.

A RSS da Ucrânia atua como membro com igualdade de direitos no intercâmbio internacional, contribui ativamente para o fortalecimento da paz geral e segurança internacional, participa diretamente no processo pan-europeu e nas estruturas européias.

A RSS da Ucrânia reconhece a superioridade dos valores humanos gerais sobre os classistas, a prioridade das normas de direito internacional de aceitação geral diante das normas de direito de âmbito interno.

X X X

As relações da RSS da Ucrânia com as outras repúblicas soviéticas constroem-se em base a acordos pactuados segundo os

princípios da igualdade de direitos, respeito mútuo e não-interferência nas questões internas.

A Declaração é a base para nova Constituição, leis da Ucrânia e exprime as posições da República na celebração de acordos internacionais.

Os princípios da Declaração sobre a soberania da Ucrânia são utilizados para a constituição do acordo no âmbito soviético.

(Tradução do texto ucraniano remetido por Fax pelo Departamento de Contatos Internacionais do "RUKH" - Movimento Popular da Ucrânia, Kiev, Capital da Ucrânia em 16.07.90, efetuada por Mariano Czaikowski, Tradutor Público e Interpretador Comercial Juramentado. Escritório: Rua Alberto Kosop, nº 14 - Pinheirinho - 81000 - CURITIBA - PR, BRASIL. Tel (041) 246-2149, 348-1498 e FAX 55-41-248-5640.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1991.

ANO ESTADUAL DOS TRANSPLANTES

A VIDA DEPENDE DE UM GESTO

de autoria do Bel. Jorge Luiz Guérios Curi e publicado pelo PHOENIX - Informativo da Associação dos Assessores Jurídicos do Poder Judiciário.

A medicina vem evoluindo de tal forma, a propiciar ao ser humano meios de vencer as constantes batalhas contra as enfermidades que, em outras épocas levariam certamente à morte.

Entre as conquistas mais significativas consideramos o transplante, em todas as suas espécies, a de maior expressão por atingir, em geral pacientes impossibilitados de desenvolver atividades, ou ainda, em fase terminal.

Em que pese toda esta evolução uma grande barreira se apresenta a desproporcionalidade entre o número de órgãos doados e o de pacientes que estão em lista de espera, nos diversos hospitais.

Somente estes pacientes podem definir a angústia, a ansiedade e a insegurança que os invadem ao perceber que os limites da vida estão se aproximando e as chances de sobrevivência escapando "entre os dedos"; não porque a medicina não possua meios técnicos para salvá-los mas, sim, por serem abrigados a esperar, em uma longa fila, onde sua vez pode não chegar.

Da mesma forma, somente pacientes que superam tão grandes dificuldades podem avaliar a nobreza e a solidariedade humana contidas no ato de doação de um órgão.

A doação de tecidos ou órgãos para

fins de transplante, pode ocorrer, dependendo do caso, "inter-vivos" ou logo após a morte cerebral (falta de circulação de sangue no cérebro devido a derrame, acidente, etc.)

Hoje a Lei Federal nº 5479 de 10 de agosto de 1968, dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica. Permite somente à pessoa maior e capaz que disponha de órgão e partes do próprio corpo, vivo para fins humanitários e terapêuticos (art.10, §§ 1º e 2º)

Existindo portanto, previsão legal, necessário se faz vencer os obstáculos que se apresentam, prestando-se informações à população bem como dando condições e estímulos para o ato da doação.

Com a proclamação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da Lei nº 9465 de 12 de dezembro de 1990, de iniciativa do Deputado Algaci Túlio, do ano de 1991 como o "ANO DOS TRANSPLANTES" deu-se, sem sombra de dúvidas, o primeiro grande passo, a nível estadual para uma longa caminhada rumo a uma grande conquista; a vida.

Esta lei, em seu artigo 4º, dispõe que: "Fica lançada a "CRUZADA DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PASSÍVEIS DE SEREM TRANSPLANTADOS..." conclamando a imprensa, as entidades profissionais técnico-científicas, os órgãos de classe e os clubes de serviços a dela participarem de modo ativo. Determinou ainda que toda a correspondência do Estado - contra-cheque, extratos de luz água e telefone, peças publicitárias, editais de licitação e outros - contenham os dizeres "1991 ANO DOS TRANSPLANTES".

Ressalta-se, como principal item desta lei, a formação de uma Comissão Especial, composta por representantes dos Três Poderes e, a convite, de representantes de entidades privadas ou fundações - artigo 10º - a qual caberá a programação, coordenação e execução desta Cruzada. Tal Comissão já foi formada, estando em plena atividade, com vários projetos em andamento.

Em complementação, pela Lei nº 9479 de 17 de dezembro de 1990, também de iniciativa do mencionado parlamentar, foi instituído o Registro e o Cadastro dos Doadores de Órgãos, permanentemente atualizado e franqueado a todas as instituições e pessoas interessadas - artigo 3º -; Certificado de Reconhecimento Público aos Doadores - artigo 4º - Estabeleceu-se, ainda, incentivos aos doadores, tais como, prioridades de atendimento à saúde - artigo 5º - prioridade em programas sociais - artigo 6º - bem como custeio de despesas de hospitalização e serviços funerários decorrentes da doação - artigo 7º.

Deve-se gizar que o legislador estadual, também deu real importância ao pro-

cesso de retirada de tecidos e órgãos para transplantes, fazendo constar no artigo 8º que "A retirada e o transplante de tecidos e órgãos somente poderão ser realizados sob responsabilidade de equipe médica ou médico de capacidade técnica comprovada em instituições autorizadas".

Condicionou-se a remoção dos órgãos e tecidos somente após a constatação da morte, vedado, neste procedimento a participação de médico das equipes de transplante.

A nível federal, ressaltamos projeto em andamento, de autoria do Deputado Carlos Mosconi, sob nº 1169/88, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos. O Senador Mauro Benevides apresentou projeto que institui o dia 17 de março de cada ano, como o Dia Nacional do Doador de Órgãos - Projeto de Lei nº 11/89.

No entanto, apesar de vigência das leis citadas e sempre na expectativa dos projetos que constantemente vêm sendo apresentados, não podemos nos acomodar. Infelizmente, no Brasil, estamos literalmente sufocados por leis que não cumpridas, cercados de uma legislação inoperante, com graves consequências sociais e morais.

Todos os que, de qualquer maneira, estão vinculados aos transplantes, têm plena consciência de que a situação é muito complexa. O que para a população em geral, é ainda considerado mutilação, para o doente que necessita da doação representa a vida, ou ao menos expectativa desta.

Assim, paralelamente à existência de uma legislação deve-se acima de tudo, conscientizar a população sobre a necessidade de doar órgãos, sobre a importância desta atitude e seus reais efeitos, mesmo que isto venha a chocar aqueles que preferem se manter distantes. É muito fácil fechar os olhos para a realidade; o difícil é enfrentá-la.

No que diz respeito à doação de órgãos, precisamos mudar os costumes. Mister se faz que não deixemos o exame da questão apenas para o momento que ela se apresentar. Assim agindo, não estaremos sendo precipitados, mas sim, pensando em nossos semelhantes. É importante não esquecer que é muito melhor pensarmos livres de qualquer pressões: nem como possíveis doadores, muito menos como pacientes receptores.

Frise-se, porém, que não basta a doação pura e simples, formalizada por uma assinatura, mas também a discussão ampla da questão na família, no trabalho, nas entidades de classe e nos grupos de amigos. É a doação um ato que depende, acima de tudo, de esclarecimentos e de quebras

de tabus.

Os transplantes são hoje no Brasil uma realidade que conchama todos a saírem do anonimato e mudarem sua posição de meros expectadores, para membros ativos neste mutirão pela vida.

Atendendo a todas necessidades que dia a dia se apresentavam, no início de 1990, realizando um sonho de pacientes e médicos, mas em especial de amigos que antes de realizá-lo foram retirados de nosso convívio; nasceu a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PORTADORES DE DOENÇAS RENAIIS, DOADORES E TRANSPLANTADOS RENAIIS - APARTRANS, visando nesta área suprir uma lacuna, ou seja, procurando trazer para aqueles que representa, benefícios de toda a natureza, desde o atendimento psicológico até o atendimento burocrático junto às autoridades previdenciárias.

Criou-se uma Associação de modo autônomo, sem vínculo com qualquer hospital ou grupo de médicos, possibilitando, desta forma, a integração de todos os pacientes, doadores e transplantados.

Nesta Associação, muitos são os problemas que se apresentam, desde os relacionados à diálise - filtragem do sangue, até a doação de rins e o pós-transplante. Na medida do possível, preservando sempre a independência conquistada, os problemas vão sendo enfrentados e resolvidos.

Porém, o transplante não termina com a cirurgia e muito menos com a alta hospitalar, vez que a medicação prescrita é de difícil obtenção e, quando encontrada, o é por preços inacessíveis para a maioria.

Alguns medicamentos, em determinadas épocas, desaparecem. Simplesmente por problemas burocráticos, deixam de ser comprados pelo Sistema Previdenciário, oca-

Curitiba, terça, em 11.06.91

sionando grandes transtornos, quer para os pacientes, quer para as equipes de transplante.

O reflexo desta situação chega de imediato à Associação, com constantes solicitações de medicamentos, inclusive por hospitais para a realização de transplantes. No entanto, o pequeno estoque que porventura tenhamos, oriundos de doações, se esgota rapidamente.

Necessário a urgente desburocratização, com a conseqüente agilização na compra de medicamentos, pois de nada adiantará a elaboração de leis, a conscientização da população se inexistir estrutura previdenciária para a realização das cirurgias e manutenção dos órgãos transplantados.

Todas as considerações aqui apresentadas são de grande importância, porém, deve-se dar conhecimento à população em geral de que, realmente iniciou-se a grande "CRUZADA DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PASSÍVEIS DE SEREM TRANSPLANTADOS" lançada pela Lei n° 9465/90.

Tanto é que a Comissão Especial, cuja formação foi determinada pela referida lei, vem trabalhando com afinco, constando na pauta de seus serviços o estudo e apresentação de possíveis soluções, da maioria dos problemas que envolvem os transplantes.

Para a concretização do ato de doação de órgãos, após a morte, deve o interessado dirigir-se a uma das Associações ou Fundações específicas, bem como aos hospitais que realizam transplantes e preencher uma CARTEIRINHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DOADOR DE ÓRGÃOS. A partir daí, deve o então doador andar sempre com este documento, dando ciência aos familiares do seu desejo de doação.